

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 06-12-2021.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laís Mandato Coletivo, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Claudio Janta, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro e Mauro Zacher. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 565/21 (Processo nº 1273/21), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 545/21 (Processo nº 1220/21), de autoria de Aldacir Oliboni e Leonel Radde; os Projetos de Resolução nºs 082 e 083/21 (Processos nºs 1286 e 1287/21, respectivamente), de autoria de Comandante Nádia; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 349 e 350/21 (Processos nºs 0833 e 0834/21, respectivamente), de autoria Fran Rodrigues; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 026/21 (Processo nº 0634/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 392/21 (Processo nº 0938/21), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 425/21 (Processo nº 1009/21), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Resolução nº 045/21 (Processo nº 0918/21), de autoria de Moisés Barboza; os Projetos de Resolução nºs 071, 076, 077 e 080/21 (Processos nºs 1241, 1252, 1253 e 1256/21, respectivamente), de autoria Pedrinho da Tinga; o Projeto de Resolução nº 075/21 (Processo nº 1249/21), de autoria de Policial Mariana Lescano. Também, foi apregoado o Ofício nº 3196/21, do Prefeito, encaminhando veto parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 184/17 (Processo nº 1581/17). Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Octogésima Segunda, Octogésima Terceira, Octogésima Quarta, Octogésima Quinta, Octogésima Sexta, Octogésima Sétima, Octogésima Oitava, Octogésima Nona, Nonagésima, Nonagésima Primeira, Nonagésima Segunda, Nonagésima Terceira e Nonagésima Quarta Sessões Ordinárias e da Vigésima e Vigésima Primeira Sessões Extraordinárias. A seguir, por solicitação de Daiana Santos, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Sérgio Rubens de Araújo Torres. Também, o Presidente informou que, em face de licença para tratamento de saúde de Pedro Ruas do dia dois ao dia oito de dezembro do corrente, Laís Mandato Coletivo fora empossada na vereança, em substituição, do dia três ao dia oito de dezembro do corrente, integrando a Comissão de Constituição e Justiça. Ainda, foi apregoada declaração firmada por Roberto Robaina, informando os impedimentos de Prof. Alex Fraga e Natasha Ferreira em assumirem a

vereança do dia dois ao dia oito de dezembro do corrente e o impedimento de Fran Rodrigues assumir a vereança do dia quatro ao dia oito de dezembro do corrente. A seguir, Laís Mandato Coletivo pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Alexandre Bobadra. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 032 e 033/21, este discutido por Daiana Santos, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 325, 330, 336, 366, 368, 390, 446, 521, 552 e 181/21, este discutido por Leonel Radde, e os Projetos de Lei do Executivo nºs 052 e 053/21, este discutido por Jonas Reis; em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 027 e 028/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 153, 198, 287, 331, 531, 534 e 155/21, este discutido por Leonel Radde. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Claudio Janta. Às quinze horas e doze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por José Freitas e Alvoni Medina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 149/18 (Processo nº 1326/18), e foi aprovado requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Moisés Barboza e Ramiro Rosário, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 043/21 (Processo nº 0150/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Ramiro Rosário, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovado requerimento de autoria de Ramiro Rosário, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 043/21. Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Moisés Barboza, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 030/21 (Processo nº 0707/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. A seguir, o Presidente informou a suspensão da tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21 (Processo nº 0947/21), em cumprimento a determinação judicial. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por VINTE E TRÊS VOTOS SIM e NOVE VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Idenir Cecchim, Jonas Reis e Daiana Santos, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra. Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laís Mandato Coletivo, Laura Sito, Leonel Radde e Roberto Robaina. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/21 (Processo nº 0574/21), após ser discutido por Roberto Robaina, Leonel Radde, Claudio Janta, Laís Mandato Coletivo, Karen Santos, Laura Sito, Aldacir Oliboni e Jonas Reis. Foi aprovado requerimento de autoria de Gilson Padeiro,

solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/21. Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Bruna Rodrigues e Daiana Santos, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/21, e foi apregoado requerimento de autoria de Bruna Rodrigues e Daiana Santos, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando votação em destaque para o inciso VI do artigo 1º constante na Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/21. A seguir, Aldacir Oliboni e Karen Santos encaminharam a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/21 à votação. Foi votado destacadamente e rejeitado o inciso VI do artigo 1º constante na Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/21, por DEZESSEIS VOTOS SIM e DEZOITO VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laís Mandato Coletivo, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laís Mandato Coletivo, Laura Sito, Leonel Radde, Mauro Zacher e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/21, por TREZE VOTOS SIM e DEZENOVE VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Daiana Santos e Airto Ferronato, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laís Mandato Coletivo, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/21, por VINTE VOTOS SIM e TREZE VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Jonas Reis, Aldacir Oliboni e Airto Ferronato, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel,

Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laís Mandato Coletivo, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento de autoria de Bruna Rodrigues, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/21 (Processo nº 0393/21). Foi aprovado requerimento de autoria de Laura Sito, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 059/21 (Processo nº 0194/21). Foram apregoadas as Emendas nºs 01 e 02, assinadas por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 059/21 (Processo nº 0194/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/21 (Processo nº 0612/21), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni e Roberto Robaina. Após o encerramento da discussão do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/21, Aldacir Oliboni formulou requerimento verbal, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/21. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/21. Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 136/21 (Processo nº 0358/21), o qual teve sua votação adiada, por uma sessão, a requerimento, aprovado, de autoria de Idenir Cecchim. Em continuidade, Roberto Robaina solicitou verificação de quórum. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 288/21 (Processo nº 1283/21). Às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Roberto Robaina, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Márcio Bins Ely, Comandante Nádia e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Sérgio Rubens de Araújo Torres, homem que teve uma grande trajetória, com décadas de militância e liderança, primeiramente no MR-8 e depois no Partido Pátria Livre – PPL, até ser vice-presidente nacional do PCdoB. Nós, do PCdoB, hoje estamos enlutados por conta disso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Pedro Ruas, no período de 02 a 08 de dezembro de 2021, conforme o Memorando nº 070/21, e em razão da impossibilidade de os suplentes Prof. Alex Fraga, Natasha Ferreira e Fran Rodrigues em exercerem a vereança, em substituição, do dia 02 ao dia 08 de dezembro de 2021, informo que a Ver.^a Laís Mandato Coletivo foi empossada no dia 03 de dezembro de 2021, em cerimônia realizada no Gabinete da Presidência, nos termos regimentais, para o período de 03 a 08 de dezembro de 2021 e integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laís Mandato Coletivo está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA LAÍS MANDATO COLETIVO (PSOL): Boa tarde a todos. Gostaria de iniciar agradecendo aos companheiros do Fortalecer o PSOL que vieram acompanhar a posse, meus colegas de bancada do PSOL, e principalmente o vereador, nosso pré-candidato a governador pelo PSOL, Pedro Ruas, que está de licença; saudar todos que nos assistem. Mas queria dar um boa-tarde especial à minha família que aqui se encontra, e um boa-tarde socialista a essa militância do Fortalecer o PSOL. (Palmas.) Sou Laís Camisolão e estou aqui tomando posse, representando o Mandato Coletivo de sete mulheres: Tamyres, Neiva, Victória, que estão aqui comigo; Berna Menezes, Adriana e Simone, que não puderam participar hoje. Fico muito feliz de estar aqui com minhas companheiras de mandato, maioria negras, porque não nos querem neste espaço, mas nós avisamos e nós vamos ocupar este espaço. Logo, logo como a bancada negra que está aqui, da qual nós temos orgulho de fazer parte, mesmo que por uma semana, talvez a gente faça deste espaço um verdadeiro quilombo. (Palmas.). Esta Câmara de Vereadores, por sua maioria, junto com o prefeito Melo, tem sido para atacar os trabalhadores, em especial, a população negra. Várias vezes estive aqui acompanhando votações que retiraram direitos dos que mais precisam, enquanto não mexem nada nos privilégios dos mais ricos. Para citar exemplos mais recentes, tivemos aqui a votação do fim dos cobradores, da privatização da Carris e da retirada da meia passagem dos professores, dos estudantes e de outras categorias, enquanto a máfia do transporte segue lucrando com milhões e milhões. Em nível federal também não é

diferente, temos um governo negacionista. Nossa principal tarefa é derrotar o governo Bolsonaro, mas, para isso, não podemos esperar as eleições, temos que ocupar as ruas com mobilizações antes que acabe o nosso País. Obviamente as eleições também são importantes, por isso, no PSOL, lançamos o pré-candidato, companheiro Glauber Braga, para pautar um programa de defesa da classe trabalhadora, um programa em defesa da taxaço das grandes fortunas, da reforma agrária, meio ambiente, em defesa de um referendo para acabar com todas as reformas que tiraram os direitos da nossa classe trabalhadora. A gente sabe que sempre foi golpe, isso já faz tempo e fazemos uma homenagem a nossa companheira Marielle Franco, que foi brutalmente assassinada por milicianos fascistas que têm representações nesta Câmara. Marielle, presente! Viva a classe trabalhadora! E viva o nosso quilombo, o nosso futuro quilombo! (Palmas.) Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores; colegas vereadores; Sr. Presidente; bom dia a todos; telespectadores da TVCâmara. Hoje é um dia muito especial porque, no dia 4 de dezembro, se comemorou pela primeira vez na história o dia da Polícia Penal, tema importante que vou tratar hoje. A Polícia Penal que foi aprovada no dia 4 de dezembro de 2019, Emenda Constitucional nº 109. A Polícia Penal que garantiu aos servidores penitenciários de todo o Brasil, no art. 144 da Constituição Federal, uma luta de mais de 15 anos, quase 20 anos de luta dessa Emenda Constitucional nº 104, de 2019. São quase 43 mil presos que cumprem pena no Estado do Rio Grande do Sul, 130 casas prisionais. A Susepe é composta de agentes penitenciários, agentes penitenciários administrativos, técnicos penitenciários e monitores em extinção. Quero homenagear aqui alguns colegas meus da Polícia Penal, começando com o nosso secretário Mauro Hauschild, Secretário de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo; o nosso superintendente de Polícia Penal, José Giovanni Rodrigues de Souza; Michele Martins, superintendente adjunta; delegado Bruno, nosso Corregedor-Geral Penitenciário; Eberson Trindade Rodrigues, diretor da Escola Penitenciária do Rio Grande do Sul, nossa Academia de Polícia Penal - um abraço -; Vagner Cogo, diretor do Departamento de Execução Penal; Dr. Cristian Colovini, diretor do DTP, Departamento de Tratamento Penal, os psicólogos, advogados e assistentes sociais fazem o trabalho de ressocialização com os apenados; Sr. Alexandre Micol, diretor do Departamento de Planejamento e Engenharia Prisional; Liciane da Mota, diretora do Departamento Administrativo, muito importante; Gustavo de Souza Lima, chefe da Divisão de Monitoramento Eletrônico; Jeferson de Souza Pavanelo,

chefe do Setor do Material Bélico da Susepe; da mesma forma, um abraço muito especial ao delegado regional penitenciário da 1ª Região, Luis Ben Hur Calderon, a sede fica em Canoas e cuida de 13 unidades prisionais; Anderson Prochnow, delegado regional de Santa Maria, que cuida também de 13 unidades prisionais; delegado Ederson Nadir Pires Dornelles, da 3ª Região, em Santo Ângelo, 11 casas prisionais; delegado José Domingos do Prado Ferreira, delegado da 4ª Região, Passo Fundo, 14 unidades prisionais; delegada Deisy Vergara Petrucci, da 5ª Região, sede em Pelotas, 7 unidades prisionais; delegado Eduardo Moacir Santana Junior, Santana do Livramento, 14 unidades prisionais; Marcos Ariovaldo, delegado da 7ª Região, Caxias do Sul, 9 unidades prisionais; delegada Samantha Longo, Santa Cruz do Sul, 12 unidades prisionais; delegado Paulo Ricardo Pires, Charqueadas, 10 unidades prisionais; e a Patrícia Picolotto, da 10ª Região, em Porto Alegre, 11 unidades prisionais. Então, a Susepe tem quase 150 presídios no Estado, 10 delegacias regionais penitenciárias, diversos departamentos, 43 mil presos, e a função da Susepe, dos policiais penais não é só garantir o tratamento penal, a segurança e a administração dos presídios de 43 mil seres humano que cumprem pena no Rio Grande do Sul, mas, sim, garantir a segurança de 15 milhões de gaúchos que podem dormir à noite. A Polícia Penal foi regulamentada em Brasília, mas ainda não foi regulamentada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Esperamos que este ano ou no ano que vem os deputados estaduais possam resolver essa questão da Polícia Penal, caso isso não ocorra, quem for eleito para a Assembleia de 2023 vai ter que executar esse importante papel.

Bom, colegas vereadores, nós aprovamos o Dia da Comunidade Libanesa no Calendário Oficial de Porto Alegre, que é no dia 22 de novembro. A data foi escolhida em alusão à independência do país, e objetiva homenagear os homens e mulheres de origem libanesa e seus descendentes que muito se destacam na formação da identidade brasileira e gaúcha. Nós temos mais libaneses no Brasil do que no Líbano. O Brasil é o país que abriga o maior número de libaneses e descendentes no mundo, em Porto Alegre há 20 mil descendentes de libaneses. A vinda dos libaneses para o Brasil, especificamente para o Rio Grande do Sul se intensificou na segunda metade do século XIX, se dedicaram a várias profissões, como mascates, agricultores, médicos, empresários, dono de fábricas têxtil, vidros, artefatos de couro e outros. Instituir o Dia da Comunidade Libanesa é reconhecer essa integração e convivência harmônica entre todas as etnias que forma o povo brasileiro e suas origens. É também oficializar uma justa e legítima homenagem à sociedade libanesa de Porto Alegre, fundada em 1936. Então, um abraço muito especial ao nosso presidente Kalil Sehbe, ao Milton Malcon, Ricardo Malcon, Buchabqui, Salim Mattar, enfim, todos os nossos parceiros da sociedade libanesa do Rio Grande do Sul que representam mais de 20 mil patrícios que moram no nosso Estado, descendentes de libaneses.

Então, encerrando o Grande Expediente, quero agradecer a todos por essa oportunidade. Estamos chegando no final do ano, nós passamos dos cem por cento de porto-alegrenses com a primeira dose da vacina, a pandemia foi algo que nos machucou muito, nos fez muito mal, mas serviu de aprendizado. Temos que alavancar a nossa economia, o nosso comércio reabriu de novo agora para o Natal, para o Ano Novo, e

esse é o recado. A política do fecha tudo fez o nosso IGP-M, que é o Índice Geral de Preços, chegar a quase 30% no acumulado do ano. Então estamos pagando essa pesada conta agora. O combustível está caro também, tudo em virtude da pandemia, mas tenho certeza de que agora no final do ano as coisas vão melhorar e 2022 vai ser muito melhor para todos nós. Um abraço a todos e fiquem com Deus. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) O Ver. Alvoni está com um problema no áudio.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 82ª à 94ª Sessões Ordinárias; da 20ª à 21ª Sessões Extraordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1267/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 032/21, que altera o inc. XIX e inclui o inc. XXXI do art. 21 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município e revoga a Lei Complementar nº 870, de 27 de dezembro de 2019. **(SEI 118.00336/2021-89)**

PROC. Nº 1279/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 033/21, que autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) a conceder aos consumidores redução da multa, dos juros de mora e da correção monetária para pagamento, parcelamento ou reparcelamento de créditos decorrentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e remoção de esgotos. **(SEI 118.00341/2021-91)**

PROC. Nº 0477/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 181/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que institui o Programa Farmácia Viva no Município de Porto Alegre. (SEI 208.00141/2021-20)

PROC. Nº 0796/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 325/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia Municipal de Prevenção à Obesidade no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 11 de outubro. (SEI 024.00077/2021-07)

PROC. Nº 0803/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 330/21, de autoria da Ver^a Vitória Cabreira, que inclui a efeméride Dia Municipal de Combate à Pobreza Menstrual no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 28 de maio. (SEI 244.00001/2021-15)

PROC. Nº 0809/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 336/21, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre ao Médico Infectologista Dr. Mauro Sparta, Secretário de Saúde do Município de Porto Alegre. (SEI 038.00065/2021-61)

PROC. Nº 0866/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 366/21, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que inclui a efeméride Dia da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 19 de outubro. (SEI 215.00099/2021-30)

PROC. Nº 0869/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 368/21, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que inclui a efeméride Dia da Prevenção ao Suicídio no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 10 de setembro. (SEI 215.00103/2021-60)

PROC. Nº 0929/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 390/21, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Francisco Rossal de Araújo. (SEI 207.00045/2021-82)

PROC. Nº 1047/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 446/21, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Ponte José Salimen Júnior o equipamento público (Ponte) sem denominação, localizado sobre o arroio Dilúvio, na Avenida Ipiranga, em frente ao Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS. (SEI 218.00063/2021-53)

PROC. Nº 1185/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 521/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à Sra. Rosane Aparecida de Oliveira. (SEI 035.00116/2021-57)

PROC. Nº 1237/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 552/21, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Vilson Nailor Noer. (SEI 197.00370/2021-84)

PROC. Nº 1271/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 052/21, que inclui o art. 2-A na Lei nº 12.904, de 17 de novembro de 2021, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. (SEI 118.00338/2021-78)

PROC. Nº 1277/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 053/21, que autoriza o Poder Executivo a contratar Auxiliares de Serviços Gerais, Auxiliares de cozinha e Cozinheiros para a Secretaria Municipal de Educação (SMED) em caráter temporário e por prazo determinado, considerando a necessidade do início do ano letivo de 2022. (SEI 118.00339/2021-12)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0672/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 027/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui art. 8º-A na Lei Complementar nº 694, de 12 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, vedando a criação, a manutenção e a guarda doméstica de passeriformes em gaiolas, viveiros ou equivalentes. (SEI 208.00175/2021-14)

PROC. Nº 0682/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 028/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que dispõe sobre a remissão de créditos não tributários constituídos por multas decorrentes de infrações às disposições dos atos normativos que especifica. (SEI 025.00060/2021-41)

PROC. Nº 0396/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 0153/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que cria o Programa Poa Renda Extra no Município de Porto Alegre. (SEI 219.00038/2021-79)

PROC. Nº 0399/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 155/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui §§ 1º, 2º, 3º e 4º no art. 5º e arts. 5º-A e 5º-B, todos na Lei nº 12.741, de 6 de novembro de 2020 – que estabelece as normas de instalação e funcionamento de circos itinerantes no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, qualificando e operacionalizando espaços para a circulação programada

dos circos nas áreas de abrangência do Município de Porto Alegre. (SEI 208.00115/2021-00)

PROC. Nº 0516/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 198/21, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues, que estabelece a suspensão do cumprimento de atos que determinem desocupações ou remoções forçadas coletivas em imóveis privados ou públicos no Município de Porto Alegre durante o período que especifica. (SEI 221.00077/2021-63)

PROC. Nº 0703/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 0287/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que estabelece a divulgação de vagas de trabalho em *shoppings* e centros comerciais localizados no Município de Porto Alegre por meio de painéis afixados em locais de fácil acesso à população. (SEI 219.00070/2021-54)

PROC. Nº 0804/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 331/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Sandra de Fátima Batista de Deus. (SEI 209.00127/2021-25)

PROC. Nº 1201/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 531/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui a efeméride Data Comemorativa ao Dia de São Vicente Mártir no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 22 de janeiro. (SEI 035.00118/2021-46)

PROC. Nº 1204/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 534/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui a Romaria Nossa Senhora Desatadora de Nós no Calendário de datas comemorativas e de conscientização do município de Porto Alegre no primeiro domingo do mês de dezembro. (SEI 035.00117/2021-00)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos assiste, que nos acompanha nas galerias, venho a esta tribuna estarecido, mais uma vez, com esse tipo de postura do governo Melo, a postura que precariza as relações de trabalho, que teve um ano inteirinho, a secretária de Educação teve um ano inteirinho para produzir política pública de educação, com seriedade e não o fez. Agora manda para esta Casa, novamente, nós já aprovamos em outro momento, em janeiro, contratos precários para prestação de serviços nas escolas. Parece que ela quer ser a secretária do precariado. É isso, não que ser secretária da educação. Educação se faz com vínculos. Nós tínhamos a terceirização, que era terrível. Eu votei a favor do contrato temporário por um período, não é para sempre, secretária! E agora a senhora manda de novo aqui o contrato temporário. Por que a senhora quer que essas pessoas tão fundamentais dos

serviços gerais, da cozinha, da merenda, da alimentação escolar, pessoas fundamentais para a escola, por que a senhora só quer que elas tenham vínculos temporários? Por que só temporário? Elas não podem ter um emprego com estabilidade nas escolas? Eu, como professor, sempre respeitei toda a comunidade escolar. A escola não é feita só de professores. Não somos só nós que temos que ter o vínculo estável, na certeza de construir uma escola melhor, uma cultura escolar melhor. As pessoas viverão na incerteza. Até agora, secretária, tem gente que já vai completar um ano de contrato temporário com a Prefeitura e sofreram golpes duros. Teve gente que trabalhou e não foi efetivada porque demoraram para fazer os exames, a biometria. Mas o que é isso? Não é uma secretária de educação, não posso crer, não é uma professora, não é uma pessoa que entende de escola pública. Não entende de educação, entende de precarização. Não consegue minimamente administrar 99 escolas da rede. Mas o que é isso? Não compreende, não sabe o que é gestão democrática, não sabe o que é gerir os recursos públicos. Olha só a instabilidade, secretária Janaina, dentro das escolas. As pessoas não sabem se vão receber ou não. Mas o que é isso? Eu fico apavorado. E está aqui o projeto protocolado. Vai ter que vir aqui. Nós vamos convidá-la a vir aqui falar para nós por que está optando pela precarização da educação. Nós estamos com um monte de professores com contrato temporário. Sabia que tem gente, no Estado do Rio Grande do Sul, quando instalaram esses contratos temporários, que estão se aposentando sem carreira, sem ter direito à carreira do magistério? Estão se dedicando, não conseguem o mínimo e prestam o serviço público. Mas o que é isso? As pessoas vão começar a ser usadas? Vai querer instalar isso em Porto Alegre? Sinceramente, eu acho muito ruim a secretária não ter pensado em como produzir educação de qualidade nesta cidade. A secretária só quer comprar vaga. Que história é essa de comprar vaga para a educação infantil também? Eu queria uma explicação. Nós temos obras paradas até hoje que os governos de direita não fizeram investimentos. Lá no meu bairro, do lado, Aberta dos Morros, tem uma escola que o matagal tomou conta, um prédio, dinheiro público! É só a senhora fazer a finalização da obra e abrir mais de cem vagas para a educação infantil. A senhora está na contramão do tempo histórico. É o tempo que a gente precisa garantir educação para as nossas crianças, para os nossos jovens, e qualidade social. Não é qualquer qualidade! Qualidade social, é disso que nós precisamos, que a criança vá para a escola e tenha uma comunidade escolar naquela escola e não uma precarização apenas. Olha, eu envio o meu abraço a todas as servidoras que estão nas escolas neste momento com esses contratos temporários e que estão com o coração na boca, não sabem se vão ter ou não uma possibilidade. E não abrem concurso público para elas se efetivarem, para elas terem o direito de serem funcionárias públicas. Chega de usar as pessoas! Vamos fazer uma educação para frente, com gestão democrática, com respeito, respeitar as pessoas que contribuem para as escolas municipais, secretária, por favor. Venha até aqui para nos explicar isso, vamos conversar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, presidente, boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, boa tarde, população de Porto Alegre, como estamos falando em Pauta, possuo três projetos que tramitam e que estão em Pauta. O primeiro deles diz respeito ao Programa Farmácia Viva, uma importante iniciativa que já foi efetivada em algumas cidades do Brasil e que tem como objetivo fornecer medicamentos, geralmente baseados em ervas, chás, produzidos pelo próprio poder público. Essa medicação chamada, entre aspas, alternativa, tem como objetivo diminuir a utilização de antibióticos, de anti-inflamatórios, antidepressivos, que tem um impacto positivo tanto na saúde da população, quanto no custo do SUS e o quanto o poder público investe nessa medicação. Essa iniciativa já está avançando, tivemos um diálogo muito produtivo com o secretário da saúde Mauro Sparta, iremos visitar o horto da Prefeitura, e nós esperamos que, em breve tenhamos essa política pública sendo implementada. E é um projeto pensado coletivamente pelo nosso mandato. Saudar aqui, em especial, a Júlia, que tem feito essa interlocução e esse projeto de farmácia via se inclui numa pauta maior que envolve a distribuição, pelo SUS, da cannabis medicinal e também um outro projeto do nosso mandato, que tem como objetivo a pesquisa da cannabis. São pautas urgentes que impactam diretamente na vida de centenas ou milhares de porto-alegrenses que, com certeza, dentro em breve, teremos vitórias nesta Casa em prol da saúde e da dignidade de toda a população que precisa se utilizar desses medicamentos. E essa nossa pauta da farmácia viva entra nesse bojo e também tem como objetivo termos uma visão sobre o meio ambiente, sobre a agricultura familiar que é transversa à pauta da votação.

Outro projeto que nós tivemos apregoado aqui diz respeito ao circo, esses nossos amigos artistas circenses que têm uma série de dificuldades em instalar o seu espaço de atuação, a sua lona e, por meio de diálogo com a classe, nós apresentamos um projeto de lei, adaptando a legislação municipal para que favoreça e possibilite que esse grupo de artistas possa, de fato, atuar.

Outro projeto nosso que também tramita diz respeito aos condomínios, diz respeito à violência contra mulher, e o nosso projeto tem como foco a denúncia dos casos de violência contra as mulheres, em que indica que os responsáveis por condomínios, aqueles que têm algum poder de gestão, que possam ter algum poder dentro daquele estabelecimento, que eles façam a denúncia, que tenha um canal direto para denunciar a violência contra a mulher, para que isso acabe na nossa sociedade e para que nós tenhamos uma seriedade em relação a essa pauta, principalmente, num momento em que vemos a violência aumentando, os casos de feminicídio aumentando, e nós sabemos que todos têm de meter a colher quando existe esse tipo de violência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde colegas, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, eu venho para falar em Pauta, hoje, de um projeto de lei complementar do Executivo que autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgoto, o DMAE, a conceder aos consumidores a redução da multa e juros da correção monetária do pagamento, parcelamento ou reparcelamento de créditos decorrentes das prestações de abastecimento de água e do esgoto. Por que eu venho falar sobre esse projeto? Porque hoje pela manhã, ou melhor nessa última madrugada nós vimos o caos em Porto Alegre. As chuvas, que novamente entraram nas casas e trouxeram o desespero para aqueles que trabalham, trabalham, trabalham, e chuva após chuva perdem tudo. Quando a gente vê um projeto de lei como esse, do Executivo falando de cancelamento ou reparcelamento, a gente consegue perceber bem quais são as prioridades. Eu me somo a esses porto-alegrenses que hoje, nesse exato momento, estão em desespero contabilizando as perdas. Gente que não tem onde dormir essa noite Ver. Oliboni, porque a cama está molhada, porque o pouco de comida cara – esse absurdo que nós já pagamos pela cesta básica mais cara do País – molhou. Não tem o alimento, não tem a cama, não tem a segurança e muito menos um projeto respeitoso, sério e responsável vindo do Executivo ou do Legislativo, mesmo que seja, para dar conta dessa barbárie. Entra ano e sai ano é a mesma coisa, e aqui quem fala é uma moradora do bairro Morro Santana, da Vila das Laranjeiras que hoje teve a casa alagada também. Então não falo de algo que me distancia da realidade, falo daquilo que sei e daquilo que sinto, principalmente. Este é o pior dos absurdos daquilo que acontece ano após ano, então eu fico aqui e trago a minha indignação para saber quando que o Município, quando que o prefeito, quando que o DMAE, quando que o DEP vai se responsabilizar por isso, e de fato se responsabilizar e não com soluções paliativas. A população pena e sofre toda vez que a chuva forte vem, isto é um desrespeito com todo nós. E aí apresenta projetos dessa natureza, retirando isenções de grandes empresários, e aí apresentam projetos retirando direitos dos trabalhadores, e aí apresentam projetos de inúmeras naturezas que não dialogam com a realidade do nosso povo. O que é necessário fazer? Precisa se perder mais alguma vida por decorrência das enchentes? É isso que é necessário, prefeito? Eu faço aqui esse apelo porque é desrespeitoso olhar para uma manhã como essa, caótica na cidade, onde há bem pouco tempo as casas ainda estavam embaixo da água. Água, esgoto. Novamente ressalto, famílias que não têm para onde ir, famílias que estão lá tentando dar conta do básico. Famílias que saem para trabalhar durante o dia para garantir a alimentação da noite e que agora não têm o mínimo, nem sequer da esperança, mas muito menos da expectativa de algo que venha desta Casa ou mesmo do Município ou da Prefeitura, objetivamente falando, para dar conta desse momento. Isso é o pior que nós temos. Esta é uma das gestões que mais me decepciona, pelo fato de que a gente não consegue apresentar possibilidades reais de enfrentamento a essa desgraça, a essa tragédia, a esse absurdo que hoje se apresenta em forma de chuva, mas em outros dias já veio como fogo nas casas lá na vila Amazônia,

em outros dias já veio em forma do absurdo que foi o estouro dos canos do próprio DEP, aqui perto do complexo da grande Cruzeiro, esgoto a céu aberto. E assim por diante. São sucessivos os episódios que desgastam toda uma relação de construção política em que a prioridade nunca é a população. Então, quando se fala de projetos como esses apresentados pelo Executivo, eu peço para que esse mesmo Executivo tenha respeito pela população de Porto Alegre e que se mobilize o quanto antes, de forma urgente, para ir a essas comunidades.

Para concluir é isso, precisa ir até essas comunidades, precisa ver o estrago que está acontecendo, precisa olhar com muita responsabilidade para essa população que trabalha, trabalha, trabalha e quando chega a chuva, já sabe que vai perder tudo, porque entra ano, sai ano, entra gestão, sai gestão, as prioridades são outras, e não dialogam com a realidade do povo de Porto Alegre que agora está embaixo d'água. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu queria iniciar falando em período de Comunicações de um projeto nosso que está em Pauta, criando o dia da conscientização da obesidade no Município de Porto Alegre. É uma coisa importante, cada vez mais o nosso povo está ficando obeso e cada vez mais necessitando de políticas públicas e políticas simples, desde cadeiras para sentar, acessibilidade em vários locais. Então, é de extrema importância para a cidade de Porto Alegre nós termos esse dia de conscientização e principalmente e vermos o que causa essa obesidade, a questão alimentar incentivada desde a infância na questão do que comer, do que essas crianças se alimentam. É importante para a nossa cidade.

Outra questão que nós queremos falar é que saiu hoje na imprensa o número de empregos informais na nossa cidade, está sendo já de 1,3 milhão de pessoas trabalhando na informalidade. Então, se fala muito na questão da informalidade, de pessoas que montaram o seu próprio negócio, pessoas que são empreendedoras, pessoas que montaram as suas pequenas e médias empresas, mas nós temos convicção de que - e isso pode ser visto diariamente, se andarmos pelas ruas da cidade - uma parcela muito grande desses informais - completamente informais - estão fora de qualquer parâmetro. São pessoas que a gente vê em sinaleiras vendendo mandolates, pano de prato, bala de goma, pessoas que a gente vê andando na rua com os carrinhos, vendendo produtos, todas essas pessoas, ou com máquina de cortar grama, oferecendo serviço, uma série de pessoas que a gente vê andando na nossa cidade, trabalhando na informalidade. Inclusive os recicladores, os catadores. Então é uma questão muito grande, que não

ocorre só em Porto Alegre, vem ocorrendo no Brasil inteiro, que as pessoas não têm seus empregos, seja formal ou informal, seja em pequena empresa, seja o que for, e as pessoas vão buscar o sustento da sua família, as pessoas se arriscam a ir buscar o sustento da sua família e vem aumentando, cada vez mais, a questão da informalidade. Ela vem de um todo, essa informalidade, esse desemprego vem em função de a economia ter ficado fechada em torno de quase um ano, vem muito da política econômica que cada vez aumenta mais os juros e o *spread* bancário; então, em vez de a pessoa investir, ela fica aplicando no mercado financeiro. Vem também, desculpem-me os liberais, mas vem dessa questão da automação, isso é visível a olho nu. É só ver quantas pessoas trabalhavam em estacionamentos de *shopping* e hoje em dia é tudo automático, é tudo a própria pessoa que faz o seu pagamento com cartão ou com dinheiro, nas máquinas, e não baixou o preço de estacionamento; tirou a mão de obra e o preço não baixou. Isso se vê na questão do transporte aéreo, pois hoje o passageiro faz quase tudo e também não baixou o valor das passagens de avião. Vê-se isso em vários setores, em vários segmentos, eu vejo no meu segmento, onde antigamente tinha empacotador, não só nos supermercados, tinha empacotador nas lojas, e hoje a pessoa pega o seu saquinho e faz o seu pacote de presente em casa, e não diminuiu o preço dos produtos. E em vários outros setores e segmentos. A automação é necessária, mas nós temos que ver formas de gerar emprego para essas pessoas, e uma das melhores formas de gerar empregos é através das indústrias limpas, como se diz, e uma delas é o turismo. É imprescindível nós investimos muito no turismo, pois essa é uma cadeia de geração de emprego que vem desde quem transporta o turista até quem recebe o turista, quem proporciona diversão para o turista. E a outra é de ter legalizada na nossa cidade, no nosso Estado, no nosso País a questão dos jogos, que também geram empregos. Vemos aí países que se construíram através do jogo, da legalização dos jogos e isso gera receita. Por exemplo, os recicladores se movimentam na questão de, quando for bingo, pegar as cartelas; é o vendedor de canetas - é uma cadeia produtiva muito grande que, no Brasil, gerava mais de 480 mil empregos. Então, são dois exemplos de segmentos que eu acho que nós podemos e devemos trabalhar muito para a geração de emprego e renda. E assusta muito quando se vê o número de pessoas, mais de 1,3 milhão de pessoas, na nossa cidade, que estão na informalidade. Seria isso, Sr. Presidente, nós usamos o nosso tempo para esclarecer a população de Porto Alegre e os nossos pares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três vereadores presentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h12min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores José Freitas e Alvoní Medina, ao PLL nº 149/18.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento de dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 149/18 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Moisés Barboza e Ramiro Rosário, ao PLL nº 043/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento de dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 043/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 043/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Moisés Barboza, ao PLCL nº 030/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento de dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCL nº 030/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Gostaria de dar ciência ao plenário que esta presidência foi oficiada a respeito da ação civil pública que move o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul contra o Município e a Câmara, portanto, está suspensa a tramitação do PLCE nº 024/21 - SEI 118.00293/2021-31.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos,

imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE nº 011/21. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras e Presidente Márcio Bins Ely, eu acredito que não devemos apreciar, em primeiro lugar, esse projeto que o líder do governo está propondo. Primeiro, nós ficamos, na última sessão, por longas horas, no debate acerca da Fazenda do Arado e nós alertamos, naquela oportunidade, que era ilegal aquele projeto. A liderança do governo insistiu em debater o tema, e a justiça acabou confirmando a ilegalidade. Eu digo isso porque, às vezes, esta Casa é submetida a debates sem a devida discussão prévia, sem o cuidado, sem o rigor. Nós estávamos alertando que, inclusive, o Ministério Público estava pedindo para que a Câmara não o apreciasse. Agora o líder do governo propõe a antecipação de um tema para o qual, creio, a Câmara tem que ter mais debates, mais reflexão. Trata-se de um projeto que termina com o passe livre, aquele que nós temos uma vez ao mês. É muito importante esse direito, é o mínimo, é o dia em que as pessoas utilizam o passe livre para visitar seus familiares, para poder passear uma única vez ao mês; e o governo quer retirar esse direito; um direito mínimo. Então, na verdade, o que nós estamos pedindo é que haja um pouco mais de reflexão por parte do governo, por parte dos vereadores. Nós queremos ganhar tempo para que essa reflexão se produza e, quem sabe, o governo recue em relação a esse projeto, que o governo reflita, assim como o governo refletiu, por exemplo, em relação ao projeto que tirava o direito dos portadores de HIV, assim como a própria base do governo votou em benefício dos bombeiros naquela oportunidade. Então nós gostaríamos muito que o governo refletisse, enquanto nós, evidentemente, na medida em que apostamos na reflexão do governo, apostamos na mobilização social para ajudar a demover o governo e a base do governo desse projeto. Nós queremos ganhar tempo, para que essa reflexão produza algum resultado positivo, porque acreditamos que é muito ruim perder esse passe livre de um dia só por mês. Eu estava vendo o pessoal da guarda, que acabou sendo prejudicado naquele outro projeto – os bombeiros não foram, mas a guarda foi – e, agora, nós vamos prejudicar os mais pobres, porque são os mais pobres que utilizam esse dia especial. Esse é o apelo que nós fazemos; evidentemente que nós, a oposição, não temos, na Câmara de Vereadores, a maioria, mas, às vezes, mesmo sem maioria, o argumento pode convencer. Quem sabe, dessa vez, o governo tenha sensibilidade para que este projeto não seja votado, para que nós não tenhamos uma nova perda de direitos o que, na minha opinião, é muito ruim para a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, os colegas vereadores e vereadoras e o público que nos acompanha nesta sessão, nesta tarde. O governo apresentou um projeto de lei, que estava previsto na Ordem do Dia de hoje, mas estava no final. O Ver. Cecchim apresenta, agora, um requerimento para antecipar a votação e colocá-lo como primeiro projeto. Por que nós achamos que poderia ficar na ordem inicial? Porque existem inúmeros projetos de vereadores que não foram votados. Portanto, pedimos a sensibilidade do governo, para que, no mínimo, vote dois projetos de vereadores e depois um do governo; aquela sequência, nobre líder, que nós havíamos combinado. O fato de a justiça mandar retirar o projeto da Fazenda do Arado não pode prejudicar os demais projetos. Então, acho que ninguém vai perder nada hoje, nós vamos votar todos, até porque, na quarta, será outra ordem do dia, na quinta será outra ordem estabelecida pelo colégio de líderes. Mas vejam só: o conteúdo deste projeto é o que nos preocupa. O colega Ver. Robaina traz aqui o questionamento ao fato de o governo apresentar um projeto de lei pelo qual reduz as doze gratuidades que se tem no ano, pois cada mês tem uma gratuidade, um passe livre, para duas gratuidades. Nós temos que estabelecer aqui um diálogo, nobres vereadores, para que se mantenham algumas datas estratégicas. Ou os senhores acham que, no final do ano, no Natal, na Páscoa, não é necessário o passe livre? Quando as famílias menos aquinhoadas vão utilizar o transporte público para passeio com suas famílias? Neste projeto de lei, de novo, prevalece o grande empresariado, prevalece a vontade do grande empresariado. Reduzem, significativamente, o passe livre e para a redução do custo da passagem, nada. Então, vamos dar um tempo, nobre líder Cecchim, para nós discutirmos algumas emendas; nós já apresentamos algumas emendas. Agora, se depois o prefeito vetar, por não conseguir dialogar com os diversos segmentos, é outra coisa. Nós temos que estabelecer algo ao qual somos demandados. Acho que não é justo nós deixarmos esse projeto que reduz, significativamente, o número de gratuidade de passe livre, pois, por exemplo, nos dias da votação não vai ter passe livre. Então, tem datas significativas, como os feriados nacionais, para as quais, eu diria, não dá para retirar o passe livre. Aqui houve um exagero de corte: de doze para dois. Cá para nós, os caras já ganham muito dinheiro, os consórcios do transporte público de Porto Alegre. Por isso, peço a sensibilidade de poder pedir ao governo mais tempo para nós podermos conversar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de sua autoria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu fiquei sensibilizado com a educação com que os dois colegas vereadores, o Robaina e o Oliboni, se manifestaram na tribuna. Eu quero pedir vênua para dizer que não há gratuidade, não existe gratuidade. Alguém está pagando por esse passe livre, e quem é que está pagando esse passe livre? É quem tem que trabalhar todos os dias. O que se quer não é tirar gratuidade, mas é diminuir esse item na composição da passagem. Isso não vai ser amanhã, vai ser na composição da próxima passagem que deve ser em fevereiro. Para deixar bem claro para todos os vereadores, mas principalmente para a nossa base do governo: não existe gratuidade. Esse passe livre é cobrado de quem precisa trabalhar, de quem vai trabalhar, e nós precisamos diminuir o valor da passagem das pessoas que precisam do ônibus para ir para o seu trabalho. Nós vamos fazer isso, com todo o respeito e com todo merecimento que todos têm; não vamos fazer aceno com o chapéu dos outros. Por isso, eu peço que a base toda vote favorável a este requerimento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que assiste a esta sessão e que vai ter acesso às notas taquigráficas dessa triste sessão. Mas é assim, não é? Aos poucos, as máscaras caem. O prefeito, aquele que, na eleição, apertava a mão e dizia “eu vou fazer diferente do Marchezan, não estou com ele, a cidade está abandonada, etc.”, traz aqui o pacote Marchezan. Quer retirar de quem menos tem, da trabalhadora, da mãe de família que, muitas vezes, está desempregada, com três, quatro filhos na periferia. São tantas as periferias nessa cidade. Essa mãe não poderá mais, num domingo por mês, levar seus filhos para visitar a avó, para visitar os parentes. Uma passagem não é barata, a passagem é cara, são R\$ 5,00, o que dá para pagar uma refeição na periferia. Sabiam que dá? Sem carne, claro, sem salada, mas dá uma refeição, porque a inflação está lá em cima, e esse governo colabora para isso. O líder do governo vem aqui dizer que “nós não vamos fazer, com o chapéu alheio, doações”. Mas como assim? Vocês votaram aqui o perdão aos sonegadores de outrora dessa cidade, 20 anos de sonegação. Vocês entregaram não só o chapéu alheio, mas o traje inteiro. Esta é a realidade, Ver. Robaina, esta é a realidade. Parece pouco: "Ah, vamos tirar aqui o passe livre". Isso não vai reduzir em um centavo a tarifa! Eles venderam aqui: "vamos vender a Carris que vai reduzir a tarifa", até agora estou esperando. Eu dizia: povo, espere sentado, porque não virá redução de tarifa. E não veio! Ele assinou o edital de venda da Carris e não virá redução de tarifa. Não entrem nesse engodo, é um embuste do governo. O governo é embusteiro de toda hora, é só *fake news!* Ele disse: "tem que fazer aqui para melhorar ali". A orla. A orla eles querem só para eles, porque é com o passe livre que as pessoas saem da periferia para virem conhecer as margens do

Guaíba. Tem gente que não conhece, mora na cidade, nos morros... Eu conheci uma cidadã aqui na Vila da Pedreira, Vereador Oliboni, ela tem 57 anos e ela nunca veio no Centro Histórico. Vocês conseguem imaginar isso? Uma pessoa que mora a 15 minutos do Centro Histórico e não conhece o Centro Histórico, jamais conseguiu tirar o pé da periferia! São essas pessoas que eles não querem saindo das periferias. Eles não querem! Para eles lugar de pobre é lá, só dentro da comunidade, sem acesso ao transporte, e eles estão reduzindo é para essas pessoas. Isso é redução de direito, sim! Isso é virar as costas. Olha, muita gente votou no Melo achando que ele era do povo porque ele ia com chapéu de palha na campanha e o pessoal olhava assim: "Olha que legal, parece um agricultor, parece gente da gente quando nós viemos do interior para cá para tentar a vida na capital". Mas ele não é, ele tem um *marketing* por trás, essa é a verdade. Ele foi lá dizer, na campanha, que estava com o povão, e agora, para o povão ele só vira as costas: é redução e redução. Os alunos todos perderam o acesso ao meio passe.

As professoras, que ele faz vídeo inclusive dizendo: "Olha, a educação é importante, nós vamos fazer isso e fazer aquilo na educação"... Parece que vai mesmo, mas ele tirou o meio passe das professoras, ele virou as costas para as professoras. É bom que todo mundo veja, porque logo, logo, o seu Sebastião vai vir de mãos dadas aí com os seus candidatos, virão de novo com os seus chapéus de palha, virão de novo caminhando nas periferias, abraçando, pegando criança no colo, e depois eles mandam os projetos de lei típicos do algoz do povo, que é reduzir o pouco que a população tem. Não terão meu voto, não terão voto do PT para isso. Não terão!

Vocês deveriam começar a trabalhar pelo povo de Porto Alegre e ir para Brasília tentar resolver o problema do transporte, e não tirar o pouco que o povo pobre dessa cidade tem. Uma vergonha! Vamos encaminhar contrariamente a esse requerimento, vamos votar contra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Nem preciso dizer que nós, do PCdoB, já encaminhamos contrariamente, mas gostaria de saber qual é a urgência do governo de colocar o projeto desta forma. Novamente uma manobra utilizada de forma muito obscura no plenário, sem diálogo, sem construção, sem debate. Isso é o maior dos absurdos, Sr. Presidente! Definitivamente, não cabe mais esse tipo de comportamento aqui. E é importante que a gente suba a esta tribuna para evidenciar esse tipo de comportamento que rechaça as construções, que são aquelas construções, professor Alex, que o próprio governo fala que faz parte: exalta o diálogo, a construção dialógica, o debate, que escuta a população, população essa que vem sendo atacada constantemente nesse espaço. Me digam qual é a urgência de fazer essa modificação?

Me digam o porquê, nos convençam da necessidade disso diante de um cenário caótico na cidade, diante de outras centenas de milhares de urgências que nós poderíamos estar aqui evidenciando, Ver. Oliboni, mas não, precisa vir atacar novamente a população. É isso! O governo não consegue fazer a leitura da realidade da população e ataca, ataca com manobras. Nós bem deveríamos já ter compreendido que isso iria acontecer, uma vez que está cheio de segurança nesse espaço. Pois, ora, e nós aqui pensando que a segurança era em nome dos vereadores. Não, é para retirar a população daqui, é porque vai entrar algum dos projetos do pacote de maldade deste governo que não consegue fazer o mínimo pela população, que deveria estar na rua agora vendo tudo o que está acontecendo, que deveria se colocar à disposição para minimamente dar conta da necessidade básica, da fome desse povo, do desemprego, da população em situação de rua, da falta de abrigo para as mulheres em situação de violência, da evasão escolar. Mas não, quer atacar a população novamente. Que vergonha! Que vergonha! Meus colegas que se posicionam a favor disso deveriam ficar envergonhados. E é bom mais uma vez ressaltar aqui: é importantíssimo que quem nos ouve e nos assiste preste muito bem atenção nesses nomes que se colocam a favor, novamente, desse tipo de comportamento que rechaça a construção de uma Porto Alegre mais alegre, que delimita o direito da cidade das pessoas, que retira a possibilidade de transitar no vale-transporte que já é o mais caro do Brasil.

Retira isenções porque não quer não quer que ninguém ande por aí porque definitivamente cada um tem que ter o seu lugar, e o lugar da periferia, obvio, é na periferia, nesse momento, boiando em meio à água e esgoto depois dessa chuva. É isso que merece o trabalhador que constrói essa cidade. É óbvio, mais uma vez resalto: o PCdoB se coloca contrário a essa vergonha, esse ataque novamente feito de forma covarde aqui no plenário.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, são 23 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0574/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/21, que altera o art. 1º e o *caput* do art. 2º; inclui os incs. I e II no art. 1º e revoga o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 362, de 28 de dezembro de 1995, que cria o Passe Livre no Sistema de Transporte Coletivo de Porto Alegre. (SEI 118.00167/2021-87)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, dos Vers. Gilson Padeiro e Moisés Barboza (líder da Bancada do PSDB);
- com Emenda nº 02 (destacada), do Ver. Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 23-08-21 por força do art.81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE n.º 011/21. (Pausa.)

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 011/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilson Padeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE n.º 011/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, nós estamos votando agora, à tarde, esse projeto, que é um projeto muito antipopular. O fim desse direito tão elementar, que garante, uma vez por mês, o passe livre, direito esse exercido pelas pessoas mais pobres de Porto Alegre, que aproveitam o passe livre para visitar seus familiares, inclusive, às vezes, nos hospitais; para passear uma vez por mês. Sem esse passe livre, nós vamos excluir o direito básico ao passeio para milhares de porto-alegrenses. Sinceramente, o Ver. Janta dizia - durante o governo Marchezan, quando ele já tinha rompido com o Marchezan, no 1.º semestre, ele estava sempre a favor -, quando ele rompeu corretamente com o Marchezan, definiu corretamente que o Marchezan não gostava de pobre. Pois eu estou começando a achar, Ver. Janta, que o Melo não gosta de pobre. Porque eu vou dizer o seguinte, o Kaká, o Byl, vereadores que têm algum nível de ligação com o povo mais pobre, o fim desta

proposta, o fim desse direito, não garante redução de um centavo sequer da passagem! Porque as pessoas que exercem esse direito, nesse dia, vão deixar de andar de ônibus. Então, o governo não se cansa de explorar os setores mais pobres. Então eu faço um apelo para os vereadores: que percebam que esse tipo de política do governo é uma política que joga nas costas do povo o preço de uma crise que o povo não produziu. E existe, sim, alternativa. Nós temos várias alternativas que podem baratear o transporte, fazendo com que os empresários paguem pelo serviço, e não o povo mais pobre. O governo não para, toda semana vem um projeto aqui para a Câmara tirando direitos, e a situação do povo não melhora. O discurso do governo é que esse corte de direitos é para beneficiar o povo, mas o que nós temos visto é que o povo está numa situação cada vez pior. Hoje, infelizmente, nós temos mais esse projeto. Eu quero deixar claro, esse projeto, nós vamos mostrar para a população de Porto Alegre, o que que a Câmara está fazendo, porque aqui parece que a Câmara parece um cartório, avalizando, autenticando todas as políticas do governo Melo. Isso é o que a Câmara tem feito durante um ano inteiro. É lógico que o Melo é mais capaz que o Marchezan mesmo, na distribuição de cargos, é a única explicação para que nós tenhamos uma base tão sólida a favor do governo. O Melo é um político mais habilidoso, conseguiu fazer essa aliança entre o Centrão e o bolsonarismo, e consegue aprovar tudo na Câmara de Vereadores, inclusive, esse tipo de proposta que só ataca o povo. É lógico que boa parte da população não sabe, nós vamos tratar de informar a população o que a Câmara de Vereadores tem votado. Infelizmente essa votação é a demonstração de que nós temos uma maioria, caso seja aprovada, de vereadores, que na campanha fala a favor do povo, mas que, quando vota, vota sempre contra, a favor dos empresários e contra o povo, e dá *o.k.* para tudo que o Melo defende. O fim desse direito é quase que uma crueldade contra as pessoas mais pobres que usam, uma vez por mês, essa gratuidade. E essa gratuidade agora vai ser cortada. Então tirar esses 12 dias para colocar apenas dois dias de passe livre é, realmente, um tipo de ação de um governo que não dá nenhuma bola para que o povo necessita. Infelizmente, esse é o quadro da cidade de Porto Alegre, a relação de forças na Câmara tem sido desfavorável para o povo, razão pela qual é muito importante o povo ser informado e, na medida em que o povo for informado, eu não tenho dúvida, vai começar a saber quem é quem. Quem está ao seu lado, e quem não está ao seu lado. Nós vamos resistir ao máximo que pudermos aqui, falando o máximo de tempo possível, para tentar evitar essa barbaridade que uma parte dos vereadores está fazendo ao defender medidas como essa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Me causa muita tristeza o que nós estamos vendo sobre o debate vinculado ao transporte público. Dizer que, em 2013, essa pauta incendiou o nosso país, foi uma pauta em que, principalmente, os estudantes tiveram o protagonismo total, absoluto, que muitas pessoas imaginaram que lutando, através da pauta do transporte público, poderiam mudar o nosso país para melhor. E, hoje, em 2021, nós estamos debatendo esse assunto com o plenário praticamente vazio, sem mobilização, talvez já seja o terceiro projeto que a Prefeitura envia a esta Casa e que tem como objetivo retirar o acesso ao transporte público. A passagem aumentou de forma descontrolada, não houve melhora no transporte público, aquilo que foi criado como movimento progressista e horizontal, em 2013, acabou com o *impeachment* e o golpe contra a Presidenta Dilma em 2016. E hoje estamos com o Bolsonaro no poder, com a milicialização e o aparelhamento do estado, e aqui, em Porto Alegre, as pautas têm sido nefastas aos trabalhadores e trabalhadoras. Esse projeto é mais um passo com o objetivo de retirar do transporte público as pessoas que mais necessitam, que mais precisam. Tempos atrás, tínhamos transporte gratuito uma vez por mês, como foi muito bem lembrado pelo Ver. Robaina, quando as pessoas saíam, muitas vezes, da periferia e iam aos parques, às festividades - já sabiam que naquele domingo teriam uma forma de deslocamento -, em dias de eleições, feriados, e tudo isso foi sendo reduzido. E agora o projeto que a Prefeitura envia a esta Casa tem como foco deixar praticamente duas a três possibilidades de isenção do transporte público, e é por isso que nós iremos lutar para que o projeto não seja aprovado. Vamos debater aqui uma emenda da liderança do Partido dos Trabalhadores que tem como objetivo ampliar as datas em que o transporte público recebe a isenção total, e é importante que a população de Porto Alegre se atente, é importante que a população de Porto Alegre esteja presente nos debates nesta Casa, porque a velocidade com que os direitos dos porto-alegrenses estão sendo retirados, à luz do dia, é extremamente preocupante, e não observamos de fato uma resistência, uma forma de combate, uma forma de posicionamento nas ruas do nosso povo. Nós pedimos à população de Porto Alegre que venha mais vezes até a Câmara, que participe dos debates e que acorde, acorde logo antes que não tenha mais nenhum direito a ser retirado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Claudio Janta está com a palavra discutir o PLCE nº 011/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sra. Presidente, Comandante Nádia, que dirige os trabalhos neste momento; vereadores e vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara, da Rádio Câmara, das redes e plataformas. O Ver. Roberto Robaina fez uma provocação aqui sobre o prefeito que não gosta de pobre! O ex-prefeito continua não gostando de pobre, eu quero lhe dizer isso, mas o prefeito Melo está longe de não gostar de pobre! O prefeito Melo manteve as isenções para as pessoas de baixa renda, manteve a passagem dos estudantes; o prefeito

Melo vem tentando ampliar o número de vagas de creche e uma série de outras coisas que vêm acontecendo na nossa cidade.

Sobre a questão das isenções, eu me sinto e me senti muito à vontade em discutir aqui, porque sempre defendemos que o critério de isenções tem que ser por renda, e isso se alcançou aqui nesta Casa. Queremos discutir também a questão do passe livre, que não tem critério nenhum, que permite que toda a população – como o senhor mesmo expôs aqui – ande de ônibus em um fim de semana do mês, e nós temos necessidade dessa população nas campanhas de vacinação, temos necessidade que a população tenha uma passagem, aí o prefeito Melo mostra a sua diferença quando não aceita o cálculo do Conselho Municipal de Transporte e bota o valor da passagem mais baixo do que era recomendado pelo Conselho Municipal de Transporte. A questão sistema de transporte não só de Porto Alegre, não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil inteiro, é um sistema que está falido, é um sistema que foi montado lá na década de 1960. Eu me lembro muito bem, eu trabalhei de cobrador numa empresa de ônibus que fazia o bairro onde eu morava, a São José, no Partenon, trabalhei um tempo ali como cobrador, no tempo da campanha, no tempo em que as pessoas usavam o dinheiro, os ônibus antigos, e é um sistema montado nessa plataforma. Hoje mesmo o governo do Estado está anunciando milhões para o sistema de transporte, e a gente vê a necessidade de a União botar recursos no sistema de transporte; agora, a forma desse sistema... Eu estou disposto, sempre estive disposto a discutir. O que não pode é em torno de 300 mil pessoas pagarem todas essas isenções, o que não pode é em torno de 300 mil pessoas que usam o sistema de transporte contribuírem para o passe livre no fim de semana; tem que contribuir para esse passe livre quando realmente há necessidade desse passe livre. Volto a dizer, tem uma emenda de minha autoria, para o 1º de Maio, uma emenda que autoriza no dia das eleições, tem a questão das vacinas, das campanhas de vacinação na cidade de Porto Alegre, e no dia da padroeira da cidade de Porto Alegre. Eu acho que no decreto há espaço para a gente – venho falando isso com o prefeito Melo – usar uma parte desse passe livre para pessoas desempregados, que eles vejam lá no cadastro do Sine, que o Sine encaminhe essas pessoas, isso nós temos que ver.

Agora, ter passe livre por ter passe livre, eu acho que a cidade não comporta mais isso com uma população que precisa do sistema de transporte para trabalhar, precisa de mais horário de transporte, os trabalhadores que trabalham nos *shopping centers*... Agora, nesse período de final de ano, nós tivemos um perrengue muito grande com um *shopping* que queria ficar aberto até uma hora da manhã, mas e o transporte para as pessoas irem embora? Nós temos vários setores que trabalham até tarde, bem mais tarde, por isso nós temos um projeto de lei nesta Casa, que esperamos votar ainda este ano, para ampliar o horário das creches até 23h e nos fins de semana.

Nós temos que discutir o sistema de transporte como um todo, e eu acho que o transporte livre nessas datas, o transporte livre nos dias de eleição, no 1º de Maio, nas campanhas de vacina e no dia da padroeira da nossa cidade, e discutir uma forma de ocupar essas passagens que sobram para as pessoas desempregadas, mediante decreto

do governo, e à procura de emprego, eu acho que é distribuir melhor as passagens na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Gostaria de dar as boas-vindas à Ver.^a Nadir Machado, do PTB do município de Alvorada; seja bem-vinda à nossa Casa, que é sua também.

A Ver.^a Laís Mandato Coletivo está com a palavra discutir o PLCE nº 011/21.

VEREADORA LAÍS MANDATO COLETIVO (PSOL): Boa tarde, pessoal. Este projeto, mais as emendas, é um projeto criminoso, faz parte do golpe, o golpe está indo pouco a pouco através das emendas. Já tiraram a meia-passagem dos professores, dos estudantes, e agora querem tirar o passe livre que a população precisa. A população não precisa só trabalhar, a população precisa também sair pelo lazer e a única forma que consegue sair é com esse passe livre. Nós, do mandato coletivo, se esse projeto for aprovado, vamos pegar um carro de som e vamos percorrer todos os bairros que nós pudermos para avisar o que foi feito com essa retirada do passe livre. Isso não pode acontecer, nós precisamos desse passe livre, eu sei porque eu já precisei desse passe livre. O colega há pouco falou que precisa ter mais transporte para trabalhadores; nem trabalho nós temos mais! Se é necessário ter transporte para trabalhadores, então que troque o dia do passe livre, coloque para um dia da semana, para que esses desempregados consigam procurar emprego. Isso não vai passar, nós vamos denunciar, nós vamos passar com um carro de som amanhã em todos os bairros, avisando que foi retirado o passe livre do povo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra discutir o PLCE nº 011/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas. Subo nesta tribuna para fazer a discussão desse projeto que visa reduzir pela metade os dias hoje de passe livre que estão disponíveis para a população. É importante colocar que o prefeito Melo conseguiu aprovar por unanimidade todos os projetos do pacote do transporte, nós minimamente barramos com luta, com mobilização, com audiências públicas, com capacidade crítica de disputar a opinião do povo em relação à natureza da crise do transporte. É uma crise que sempre foi apontada por parte dos empresários como uma crise de demanda, e houve, sobretudo pela vinda dos aplicativos, uma maior concorrência que fez com que o transporte coletivo por ônibus não se transformasse em algo tão acessível, competitivo e interessante para população. Quem circula hoje pela cidade percebe que a nossa capital retrocedeu dez anos no sistema de mobilidade, tanto

pelos aplicativos, cujo aumento da gasolina abaixou a demanda de carros na rua e faz com que tu fiques oito, dez, quinze minutos esperando um aplicativo, quanto também outro transporte, que, por mais que haja o mecanismo do aplicativo, desenvolvido de formas espúrias pela relação da Procempa com um cargo comissionado da própria empresa que produziu aplicativos. Então mesmo com o aplicativo, produzido de formas duvidosas – inclusive denunciadas na CPI presidida pelo Robaina –, nós não temos hoje um controle, uma transparência em relação à tabela horária do transporte da cidade. Hoje de manhã eu recebi vídeos do 394.6 – Mapa/Quinta do Portal com uma goteira dentro do ônibus. Me deslocuei, de manhã, para a Câmara de Vereadores de Restinga: um ônibus imundo, sujo, lotado. Agora, para sair do Centro e vir para a Câmara de Vereadores, fiquei 20 minutos no terminal da Rua Uruguai esperando qualquer ônibus que viesse para me trazer para Câmara - São José, Cruzeiro, Santa Teresa, 20 minutos e não passou nenhum transporte. Então é disso que nós estamos falando. O Melo aprovou todo pacote do Marchezan, dizendo que ia qualificar o transporte, aumentar a demanda, a competitividade. E o que a gente vê é um retrocesso, estamos pagando ainda uma tarifa cara, R\$ 4,80 para ir, R\$ 4,80 para voltar, em ônibus superlotados, sujos, com goteira dentro, e não se tem uma tabela horária para conseguir se deslocar em segurança para uma parada. Nós que somos mulheres, sabemos muito bem o que isso significa, não foi à toa que aquela menina tomou um tiro na cabeça na frente do Shopping Barra, esperando o transporte - assassinada e depois fizeram um memorial, uma homenagem para ela. A melhor homenagem que a gente pode produzir para essas vítimas da violência, para essa escassez de qualidade é pensar uma lógica de transporte que não seja pautada pelo lucro. Transporte não é mercadoria! Enquanto a massa da ATP, da Associação dos Transportadores Privados seguir dando as cartas, encaminhando os projetos que quer para a Câmara de Vereadores, e nós votarmos sem uma capacidade crítica de enquadrar esse grande monopólio hoje, que não se preocupa com a qualidade do transporte que é oferecido, não se preocupa com a vida do povo. Nós fizemos esse debate o tempo inteiro, reduziram mais de 16 linhas na pandemia, o nosso povo foi transportado que nem sardinha, no meio da maior pandemia do século. E mesmo assim nós não conseguimos barrar esses retrocessos. Agora novamente o prefeito Melo encaminha para Câmara de Vereadores mais redução de acesso aquilo que é direito. Sem transporte tu não acessas os equipamentos públicos, tu não acessas lazer, esportes, tu não acessas oportunidade de emprego, tu não acessas a cidade. Nós não queremos uma cidade segregada, nós não queremos que as pessoas só saiam para ir trabalhar e voltem para suas casas. Do que adianta tu ter uma orla do Guaíba bonita, sendo que as pessoas não estão conseguindo acessar, ou se estão acessando estão acessando por um preço que não vale a qualidade daquele transporte que estão carregando. Então é essa a discussão de fundo que novamente nós viemos trazer aqui enquanto bancada do PSOL, enquanto não enfrentarmos a massa da ATP, não pensarmos uma regulação pública das contas da bilhetagem, nós não vamos conseguir dar uma resposta para as demandas do povo porto-alegrense que quer qualidade no transporte, em última instância. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Ver.^a Nádía, boa tarde, colegas vereadoras e vereadores. Na verdade, nós temos aqui uma repetição de uma retirada de direitos sem uma precedência de um debate mínimo com a cidade de Porto Alegre. Mantemos uma lógica de destruição na verdade dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras dessa cidade, do acesso à cidade, do direito à cidade; simplesmente, com justificativas de um cálculo contábil que não fica nem expressa a sua dimensão, o seu real impacto. Nós temos mais uma vez tratando a Câmara de Vereadores como um cartório que apenas chancela e vai passando as proposições do governo, e não cumprindo o seu papel fiscalizador de conseguir aprofundar os debates e refletir sobre seus impactos na sociedade de Porto Alegre. Esse é o primeiro elemento que eu queria trazer; o segundo, é que passado um ano dessa legislatura, nós vemos um conjunto de proposições que visam, segundo o prefeito, remodelar o transporte de Porto Alegre, e nós só vemos não só a retirada dos direitos como uma piora na qualidade desse serviço que é ofertado. É isso que nós vemos. E nós, como posição, nos propusemos, ao longo do ano, em vários momentos nos colocarmos em uma posição de auxiliar, fazer um debate mais profundo e de conjunto sobre a questão do transporte em Porto Alegre, considerando que, de fato, nós temos uma falência do nosso modal, que, de fato, nós temos dificuldades de transporte, mas debatendo de uma forma que apenas restringe os direitos de acesso ao transporte, que apenas restringe a qualidade do serviço que é ofertado, que destrói a empresa pública que auxiliava na regulação do sistema de transporte da nossa cidade, que de fato não auxilia que nós possamos fazer um debate mais qualificado em relação ao transporte público. Agora essa proposição da retirada dos dias de passe livre beira quase uma perversidade. Eu sou filha de uma empregada doméstica e muitas vezes o único momento que a minha família tinha para gente poder andar pela cidade, era o dia do passe livre. Quem tem mais de um, dois, três filhos, muitas vezes consegue andar pela cidade, visitar um familiar, visitar uma tia, ir até a orla, como a vereadora aqui falava, é com o passe livre, ainda mais com a passagem a quase R\$ 5,00 - quem tem grana para poder sair com seus filhos, com a sua companheira, seu companheiro, tomar um sorvete, né? Na verdade, nós estamos falando aqui de uma concepção de direito à cidade, de uma concepção do transporte como um direito social, um direito que permite o acesso à cidade. Eu fico pensando: a proposição, obviamente, de manter a isenção do passe livre nos dias de vacinação, algo que não poderia ser diferente, e manter apenas no dia 2 de Fevereiro. Eu fico pensando: nós temos tantas datas, inclusive, nós temos uma emenda, a nossa bancada protocolou, sobre o Natal, sobre o Dia do Trabalhador, sobre o primeiro do ano. Enfim, são algumas proposições no sentido de amenizar a proposta. Mas de fato, eu queria aqui reforçar é a concepção que está embutida neste debate, meramente contábil, que na verdade, restringe mais uma vez os direitos dos trabalhadores porque não compreende o transporte como um direito, compreende apenas como um campo a ser explorado economicamente. Isso diz que uma parte da cidade não poderá acessá-la de maneira

plena, não poderá acessar seus equipamentos, não poderá acessar seus serviços públicos, não poderá acessar, inclusive, o lazer que é um direito garantido constitucionalmente. Infelizmente, essa visão da coisa pública, na verdade, a bem da coisa privada, a bem do lucro é o que impera na visão de mobilidade urbana dessa gestão do prefeito Sebastião Melo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente em exercício, Ver.^a Nádia; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Estamos discutindo, nesse momento, o projeto de lei do governo que reduz o número de passe livre na capital. Nós temos hoje um passe livre a cada mês, e é uma lei municipal aprovada há muito tempo; o governo apresenta um projeto mantendo duas datas, apenas duas datas: da vacinação e, se não me engano, Nossa Senhora dos Navegantes. Duas datas, é uma contradição, porque ele aceita Navegantes e não aceita a Semana Santa; aceita a vacinação e não aceita o Ano Novo. Tudo para beneficiar as concessionárias. As concessionárias deveriam ter, no mínimo, o compromisso de dizer: olha a redução do passe livre nos traz uma economia de tanto e vai representar uma redução do valor da passagem de tanto. Nós aqui estamos votando, na verdade, um projeto de lei no escuro! É, ou dando uma carta ou cheque em branco, porque as concessionárias não vão reduzir de novo o valor da passagem de Porto Alegre. Vereador Janta, Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador - o senhor que foi um sindicalista como este vereador e tantos outros - nós vamos concordar que eles tirem o 1º de Maio? Mas não tem como! Não tem como! É lamentável isso! Primeiro de Maio, o governo está tirando a gratuidade do trabalhador, que é com o passe livre hoje, o dia de passear com a família, como é o Natal e o Ano Novo! Não. Vai manter Navegantes. Navegantes que é um feriado significativo na nossa querida Porto Alegre, mas não mantém os demais feriados nacionais. Quinze de Novembro, 7 de Setembro, Páscoa, Ano Novo e assim por diante. Queremos lembrar aqui que o governo Municipal - o atual governo Municipal - assumiu a cartilha ou a mesma lógica do governo anterior. O governo anterior apresentava projetos aqui de retirar o cobrador, mas ao mesmo tempo não dizia para quanto ia passar a passagem; o governo anterior dizia que nós tínhamos que tirar, por exemplo, a isenção dos idosos, como foi retirada dos 60 a 65 anos e não baixou o valor da passagem; o governo anterior retirou o ISSQN e baixou, um valor significativo - eu não tenho aqui esse dado - apenas 0,5% da passagem ia subir e não subiu. Há anos vêm esses valores majorando, e quem está pagando é a classe trabalhadora - essa que é a verdade. Agora novamente vai atingir o cidadão de bem que tinha ao menos uma vez por mês para assumir um determinado compromisso com a sua família, em datas comemorativas, feriados e assim por diante. Agora, imaginem o que vai ser das concessionárias, se antes tinha uma frota que passava a cada 30, 40 minutos, que vinha

um ônibus, agora em feriado, tu vais esquecer, vai mofar na parada de ônibus, porque não vai passar o ônibus - essa que é a grande verdade. Portanto, queremos pedir a sensibilidade do governo, no intuito de poder aceitar algumas emendas apresentadas, que é o mínimo que podemos fazer neste momento. Reduzir algumas, sim, mas não todas. Lamentavelmente, o governo está equivocando e favorecendo o grande empresariado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e a discussão desta vergonha que é este projeto de lei; inclusive, é um projeto muito mal escrito. Sem justificativa, o negócio do projeto é: bota lá, tem que escrever alguma coisa para dar uma rasteira no povo. Não se preocuparam nem em explicar: olha, vai ter uma economia, não vai ter, quanto vai ser... Não, é que eles não têm compromisso com os anais da história também. Eles não têm compromisso. E o que me cansa, me entristece, quer dizer, às vezes, não, porque eu já sei do que alguns políticos sobrevivem. Calados, em silêncio, como pode um parlamentar da capital, homem ou mulher, independente, se calar diante deste projeto, não falar, não se pronunciar, não discutir esta matéria. Não, pelo menos, fazer o mea-culpa: olha, eu estou com Melo, então, eu assino embaixo de tudo que o Melo propõe. Não se pronunciam, ficam em silêncio. É isso que é ensurdecido. É o silêncio diante da retirada de direitos. Meio passe, para quem tem carro, não interessa; para quem não usa ônibus, não interessa. Agora, para uma mãe, um pai desempregados interessa muito para poder sair com os seus filhos, ir, nem que seja, no Lami, no dia do feriado, ir no Belém Novo, ir no Parque da Redenção mostrar um lugar diferente. As periferias não têm praças. Tenham coração, vocês não têm coração. Vocês não propõem criação de praças, as praças dos bairros estão abandonadas. Se o Parque Marinha, que esses dias eu fui, a grama alta, vocês imaginem como estão os poucos espaços de periferia desta cidade. Vocês não ficam nem um pouco com a consciência pesada? Vocês deitam mesmo no travesseiro e dormem o sono dos justos, votando um projeto que retira do povo o direito a se transportar? Isso está colocado na Constituição. É o direito de ir e vir que vocês estão sequestrando para quais interesses? Quem está ganhando com isso? Quem vai ganhar? Quais são as promessas? As promessas de campanha nós já conhecemos. Vocês prometeram o céu e a terra para Porto Alegre e vocês entregam alagamentos, como estão entregando hoje, vocês estão entregando uma cidade mais sucateada, vocês só falam em privatização, em vender, em entregar, contrato privado. Vem CNPJ, vem a mim; vem a mim, CNPJs - e os CPFs abandonados da capital. Um milhão e quinhentas mil pessoas precisando de um governo decente, alguém que queira trabalhar, e vocês querem o quê? Reduzir direitos. Isso é trabalho? É, mas não é para o povo, não é para o povo. Aí falam: esse transporte está falido, o modal não está bem,

meu Deus, o que vamos fazer? Mas não anunciam nenhuma emenda aqui dos deputados de vocês, dos partidos de vocês para o transporte! Que discurso é esse, que conversa é essa? A quem vocês acham que estão enganando? Vocês acham que esta sessão não é pública? Que o povo não ouve? Que o povo não tem conhecimento do que acontece aqui? Pode não saber de tudo, mas muito sabe e saberão, com certeza, quem está tirando o passe livre desta cidade. Vocês estão tirando um direito histórico, 1995, de lá para cá, muita gente conseguiu conhecer lugares diferentes desta capital, conseguiu sair do seu bairro com a sua família, e agora tantas famílias deixarão de circular pela cidade. Para quê? Não vai reduzir nem um centavo da tarifa, não vai reduzir. São contas de poucos empresários que poderão manter suas altas taxas de lucro num transporte precarizado que é uma vergonha os ônibus explodindo nas avenidas. Todo dia a gente recebe fotografia, todo dia recebe. É subindo e descendo ladeira, não interessa, vocês aumentaram o tempo de vida útil da frota, dizendo que ia diminuir o valor da passagem, não aconteceu. Vocês vendem uma coisa e entregam outra, é o famoso gato por lebre, mais uma vez, do governo Melo. Terão meu voto contrário a este projeto e a minha indignação carregarão durante muito tempo, porque nós não vamos aceitar e vamos lutar para reverter isso. Vocês podem hoje aprovar, mas eu quero estar aqui para ver a reversão dessa destruição que vocês estão fazendo na cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria das vereadoras Bruna Rodrigues e Daiana Santos, ao PLCE nº 011/21.

Apregoo o requerimento de autoria das vereadoras Bruna Rodrigues e Daiana Santos, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLCE nº 011/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito que seja votado em destaque o inc. VI do art. 1º, constante na Emenda nº 02 ao PLCE nº 011/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 011/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudando nossa Presidente, saúdo os colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão. A nossa Emenda nº 02, destacada, ela inclui, como continuidade do passe livre, Ver. Robaina, as seguintes datas: 1º de janeiro, Sexta-Feira Santa, 1º de Maio, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 de novembro - Finados e 25 de dezembro - Natal. Portanto, são datas

nacionais, feriados nacionais. São sete feriados. O governo, no projeto de lei dele, mantém, como eu disse antes, o Dia Nacional da Vacinação e mais o dia de Nossa Senhora dos Navegantes. Se fosse nessa lógica, Nossa Senhora de Navegantes, nós não poderíamos deixar de fora o dia 12 de outubro, Dia de Nossa Senhora Aparecida. Não poderia estar de fora a Sexta-Feira Santa, Ano-Novo, Natal. Não são só datas festivas, são datas que dialogam com um determinado público, com uma determinada realidade na cidade. E as pessoas, ao colocarem essa data como significativa para as suas vidas, elas têm a oportunidade de fazer um passeio, visitando seus pais, suas famílias aqui, dentro da nossa querida Porto Alegre. Portanto, pedimos a sensibilidade do governo. Olhem, por exemplo, o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, não é justo que o governo priorize, dê prioridade a concessionárias ganharem muito dinheiro e não dar nenhuma contrapartida para a cidade. Tiraram quase todas as demais gratuidades, ganharam uma infinidade de isenções, como, por exemplo, o ISSQN, tiraram a gratuidade dos idosos, aumentou a vida útil dos ônibus de dez para treze anos. Então, por que, para alguns, tudo e, para os outros, nada. É um governo que realmente não dialoga com os mais pobres. Esse governo, Ver. Janta, V. Exa. dizia que o governo Marchezan não gostava de pobre, mas nós estamos diante de um que está claro, mas muito claro. Por exemplo, desempregado, vai arrumar emprego como? Ele se desloca como? Nós temos que discutir essa questão, por exemplo. Agora, nem mesmo aqueles que poderiam visitar as suas famílias, ter as datas festivas como possibilidade de visitar alguém na cidade, não vão poder mais se deslocar. Olha, é lamentável. A gente fica não só indignado, a gente percebe claramente que quanto mais rico, mais benesses tem, mais benesses tem! Agora, para tudo, tem que favorecer os mais ricos. Olha, tchê, é lamentável, olha a Carris. O governo dizia que tinha que vender a Carris, porque estava quebrada, agora, aportou mais de R\$ 40 milhões para recuperar a Carris. Para fazer o quê? Para daqui a uns meses vender a Carris. Vai entregar ela saneada. Antes tinha receio porque não aparecia comprador; agora, vai receber a Carris saneada e vai ter a possibilidade de vender. Para quê? São mais de 2 mil desempregados, lamentavelmente. Este governo assumiu a cartilha do governo anterior. Quem sabe os nossos colegas vereadores se sensibilizam, para que a gente mantenha o passe livre em feriados nacionais, que ora estamos propondo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 011/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todas e todos, enquanto bancada do PSOL, a gente encaminha favoravelmente à votação desta emenda, que trata de, nada mais, nada menos, colocar o dia de passe livre naqueles feriados que já são concebidos pela população brasileira, boa parte deles, feriados católicos, como a Paixão de Cristo, a Nossa Senhora Aparecida, Finados, Natal, e isso

diz muito sobre a cultura brasileira em relação a essa construção judaico-cristã. Eu acho que é importante não só incentivar à mobilidade, ao acesso à cidade, como também incentivar que essas manifestações culturais e religiosas aconteçam com a presença daqueles e daquelas que consagram e se organizam, por essa matriz judaico-cristã. São feriados importantes, em que as pessoas, minimamente, conseguem acessar parentes, amigos, espaços de cultura, de lazer, as igrejas, as paróquias, os espaços da cidade, como acontece no feriado de Nossa Senhora Aparecida, dia de Iemanjá também para os batuqueiros, então, acho de extrema importância considerar essa formação social brasileira, que tem nos feriados de matriz judaico-cristã, católicos, como parte da organização da nossa cultura nacional, e considerar isso pensando também no acesso das pessoas a essas manifestações. Porque, de novo, se a gente não considerar isso, vai ser uma política segregacionista. A galera que não tem recurso, que não tem dez reais para ir e voltar - e a gente pensa em famílias -, não consegue acessar o transporte coletivo, porque não tem como ir e voltar de uma manifestação dessas. Então, é disto que nós estamos falando: oportunizar aos porto-alegrenses acesso à sua própria cultura, acesso a suas próprias tradições. É uma política de ações afirmativas: incentivar que as pessoas acessem os espaços públicos, os equipamentos de qualidade e também, nas datas festivas, esses espaços que organizam as suas festividades, as suas consagrações religiosas. Então, votamos favoravelmente à essa emenda de autoria do Ver. Oliboni e saudamos também a iniciativa, por considerar essa formação social brasileira, que está sendo descaracterizada no projeto, da forma com que o governo vem apresentando. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, o inc. VI do art. 1º, destacado, da Emenda nº 02 ao PLCE nº 011/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 16 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADO o inc. VI do art. 1º da Emenda nº 02 ao PLCE nº 011/21.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 011/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 11 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA a Emenda nº 02 ao PLCE nº 011/21.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 011/21. (Pausa.) A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Ainda não é para votar, vereador, eu ainda vou encaminhar. Ainda não vota, dá tempo de repensar. E assim inicia o encaminhamento, já com um voto "não", sem antes saber o teor da emenda. É assim que a oposição é tratada nesta Casa, para vocês verem como é dura a vida.

Esta é uma emenda importante, que fala de algo que é primordial, levando em consideração que aqui é um espaço democrático, onde as pessoas são eleitas. É justamente disso que fala a emenda, da disposição dos dias de eleições, tanto federal quanto municipais e estaduais, e também dos conselhos tutelares, na disposição dessa isenção, para que as pessoas possam ir até os colégios eleitorais e garantir o seu direito ao voto. Direito esse que, neste último ano de votação em Porto Alegre, eu trouxe aqui um dado que é muito importante: 33,08% da população não votou. Isso corresponde a 358.217 eleitores, isso é muito no contingente de uma capital. São muitas as pessoas que deixaram de votar, e isso impacta diretamente na qualidade das políticas que são executadas, porque essa é uma escolha democrática que deve ser feita por todos e não por parte da população que acaba, por vezes, sendo ludibriada por falsas promessas e acaba não conseguindo obter depois o retorno, politicamente falando. Então, a necessidade de ampliar para esse contingente, e considerando – isso é importante, até é um dado que eu iria passar aqui – que a maioria dessas pessoas não votantes são mulheres, e essas mulheres nas periferias, hoje em dia, são as que mais sofrem. As chefes de família que estão com a renda comprometida, aquelas que estão desempregadas, precarizadas, que não estão com a garantia do mínimo, do básico nas suas casas. É disso que a gente está falando, num processo democrático de direito que não é direito para todo o mundo.

Delimitar esse espaço de votação para essas pessoas é fazer um condicionamento para que parte da população não tenha voz, não tenha vez, não tenha direito ao voto. Isso é fragmentar e fadar um processo eleitoral a algo que, definitivamente, logo ali à frente, vai se colocar ao fracasso, porque tenciona a uma determinada parcela, e essa parcela, de fato, não dialoga com a realidade. Essa emenda fala justamente disso, da necessidade da amplitude desse período para que seja garantida a votação, é algo fundamental, seja no estadual, no municipal ou no federal, mas, principalmente, também trazendo nesta mesma emenda os conselhos tutelares, a eleição para os conselhos tutelares. É isso. Se ficou mais alguma dúvida, Ver.

Ferronato, estamos à disposição para fazer a elucidação, o esclarecimento dessas dúvidas. É isso, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PCLE nº 011/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Cecchim, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Amiga Ver.^a Daiana, eu me antecipei e vou mudar de posição, explico por quê. Eu estava compreendendo que aquela emenda que trata do feriado do dia 1º de maio teria sido aprovada, e ela não foi. O que é que acontece? Nós temos a proposta de vocês, que diz que seria autorização de passe livre no dia das eleições e também, meu caro Presidente Cecchim, no dia da votação dos conselheiros municipais. Eu acredito que é uma bela proposta, uma boa emenda e uma emenda que valoriza a cidadania de homens e mulheres de Porto Alegre. Aquela minha posição seria assim: "Bom, se já aprovamos uma, não vamos aprovar todas". Mas, dentro do que aconteceu de votação no plenário, eu vou votar favorável na ideia de que quantos milhares, centenas de milhares de homens e mulheres de Porto Alegre têm o dever e o direito de escolher os seus representantes parlamentares e, muito especialmente, os seus representantes conselheiros municipais. Quando se instalou o primeiro conselho em Porto Alegre, eu era Presidente da Câmara. Para mim, o tratar, o cuidar, o olhar para a criançada de Porto Alegre merece um olhar todo específico, todo atento, todo cuidado, portanto, vou votar favorável. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 011/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 13 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA a Emenda nº 03 ao PLCE nº 011/21.

Em votação o PLCE nº 011/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras; nós, do PSOL, estamos encaminhando contrariamente a este projeto pelas razões que nós já apontamos durante o período de discussão. Este projeto é mais um ataque do

governo Melo aos interesses e aos direitos dos mais pobres. O governo Melo, ao longo deste ano, tem votado, com sua base de sustentação aqui na Câmara, uma série de projetos que corta direitos. Cortaram o direito do meio passe dos professores, dos professores municipais, dos professores estaduais, cortaram o direito da Guarda, da mesma guarda que o governo chama para reprimir movimentos populares, eles cortaram o direito do meio passe. Votaram a privatização da Carris, cortaram o direito do trabalho dos cobradores; ao longo deste ano o governo conseguiu aprovar na Câmara o pacote do transporte, essencialmente o mesmo pacote que o prefeito Marchezan queria aprovar e não teve base de sustentação para isso, mas as ideias são as mesmas do prefeito Marchezan, e esse ataque de hoje é, digamos, o último ato, o ato final dessa série de cortes nos direitos do povo pobre. Concretamente, no dia de hoje, o que se está votando aqui é o fim dos 12 dias de passe livre que a população tem direito, para utilizar o sistema de ônibus em Porto Alegre. O governo, ao invés de garantir esses 12 dias, está prevendo apenas 2 dias de passe livre, e a gente sabe muito bem que quem anda de ônibus em Porto Alegre são as pessoas com maior necessidade. O dia do passe livre, por incrível que pareça, é, sim, o dia em que aumenta o número de pessoas utilizando o ônibus, por uma razão muito simples: no dia do passe livre, milhares de pessoas que não têm condições de utilizar o ônibus durante o período normal, neste dia específico, utiliza para visitar seus familiares, para ir até o hospital, e, eventualmente, para passear, mas o governo Melo sequer o direito ao passeio básico quer que o nosso povo mais pobre tenha. Esse é o sentido do projeto contra o qual nós estamos nos levantando, um projeto que não tem, além do mais, nenhum cálculo do impacto real, financeiro, sobre a tarifa. E nós queremos insistir, com isso concluo, que existe alternativa, a alternativa a essa política levada adiante pelo governo Melo, a alternativa a essa política do governo Melo de ataque aos pobres é baseada numa política que faz com que os empresários paguem pelo sistema de transporte. Não é possível que nós tenhamos um sistema de transporte alicerçado no pagamento das pessoas que utilizam o sistema, porque as pessoas que utilizam o sistema são os mais pobres, são os trabalhadores mais pobres. Nós precisamos fazer com que o sistema seja financiado pelas empresas, razão pela qual eu tenho, tramitando aqui na Câmara de Vereadores, um projeto de taxa de mobilidade urbana que permite reduzir o preço da passagem todos os dias, todos os dias. Isso é possível, desde que haja o pagamento de uma taxa, pagamento esse efetuado pelos empresários, num número correspondente ao número de trabalhadores com carteira assinada, empregados pela empresa, que permitiria que nós tivéssemos um sistema de transporte barato, e, portanto, com uma capacidade de ser muito mais universal do que o plano do governo, que exclui cada vez mais as pessoas da possibilidade de utilizar esse serviço. Então, em nome da bancada do PSOL, nós pedimos o voto dos vereadores e das vereadoras contra o projeto apresentado pelo governo de ataque aos interesses populares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu gostaria de anunciar a visita do Ver. Marco Antonio Antunes da Cruz (Marcão Serra Negra), do Município de Piracanjuba, terra do nosso prefeito. Bem-vindo, obrigado pela visita.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 011/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): A cidade pede mudança, mas a cidade tem mais do mesmo. O prefeito vira as costas para o cidadão, para a cidadã. O prefeito, certamente, não pega ônibus, por isso abre mão do passe livre ao povo trabalhador. Ele não é o prefeito dos trabalhadores, ele é o prefeito de qualquer outro grupo, mas não é o prefeito de quem labuta. Este projeto é típico de quem não entende o que é a miséria, o que é a pobreza, o que é a ausência de possibilidades materiais para acessar lazer, acessar cultura, acessar recreação com a sua família. O passe livre tem uma finalidade e hoje eles querem acabar com o passe livre. A finalidade do passe livre é tentar, em nível Municipal, estabelecer, nem que seja um dia por mês, o direito real de ir e vir na cidade. Como é que um cidadão sai do Lami para vir conhecer o Centro Histórico, os prédios antigos, a história da cidade se ele não tem dinheiro, se ele conta as moedas para tentar comprar um quilo de arroz e feijão, para tentar fazer uma refeição por dia? É que para este prefeito não interessa quem mora nos extremos da cidade. Não, ele vive de retórica, ele vive de falar, ele fala bastante? Fala, toda hora, mas soluções para Porto Alegre, já está terminando o primeiro ano, nada fez. Está aí o alagamento desta madrugada, e o que ele propõe? Ir lá visitar o alagamento às 16h. Bah, admirável! E aqui, no mesmo dia, desses que sofrem nas periferias que estão sem energia elétrica, sem água agora, perderam seus móveis, vão perder ainda hoje, eles aqui fazem questão de botar para votar, priorizaram o fim do passe livre. Não basta você perder os seus móveis, não basta você não ter emprego, não basta, nós vamos também te tirar o direito a sair uma vez por mês com a família, com passe livre, para circular na cidade, ir num parque que seja, agora não terá esse direito. É o prefeito contra os direitos sociais, por quê? Uma votação só simbólica, porque não vai mudar o cálculo da tarifa, não vai mudar. Nós, do PT, estamos indignados, porque o prefeito prometeu um mar de rosas para a população, está entregando um transporte sucateado, está entregando ilusões, porque vender a Carris não vai resolver, como não resolveu, não diminuiu o valor da tarifa. Tirar o passe livre não vai reduzir o valor da tarifa. Só para ele dizer: eu tirei os privilégios, eu tiro os privilégios. Vejam bem, para o prefeito é um privilégio o passe livre num domingo por mês. Bah, é admirável um prefeito sem sensibilidade com a população, com o povo trabalhador das periferias. Nós vamos votar contra com a convicção e a certeza de sempre serrar fileiras com o povo trabalhador, quem levanta cedo para tentar garantir três refeições na sua residência. Agora a gente sabe que vai ter mais essa dificuldade, é o filho, a filha do mais pobre que vai deixar de ir para a Redenção, para a orla, é a família desempregada que não vai poder sair da periferia porque não haverá mais esse direito. Este prefeito, com certeza, está escrevendo a sua história de costas para o povo de Porto Alegre. Eu gosto da memória do povo, o povo se lembra de muita coisa, vocês podem achar que o povo não se lembra, mas nós estaremos aqui para ajudar a lembrar e

marcar este dia vergonhoso nos anais desta Casa que hoje se vira muito mais contra o povo trabalhador e é o povo trabalhador que bota estes 36 aqui. Muitos se calam, muitos nem sobem nesta tribuna e votaram com o Melo. Fica a pergunta: por que estão votando contra o passe livre se ele não vai interferir na tarifa? Por quê? Respondam a essa pergunta.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 011/21, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Nós, realmente, percebemos, a população com o tempo vai perceber quem ainda não se ligou, que o prefeito Municipal Sebastião Melo assumiu a pauta, eu diria, do capital, do grande empresariado, dos mais aquinhoados, dos que mais têm, quanto mais, mais dominam os mercados e, por que não, cada vez mais se habilitam para poder, na possibilidade de uma terceirização, concessão ou privatização, comandar funções do poder público e que o privado acaba absorvendo. Parece-me que a gestão do prefeito eleito da cidade, como foi em outras ocasiões, tem dificuldades claras de fazer a gestão dos serviços públicos. Aconteceu isso na saúde, aconteceu na educação e queria, inclusive, privatizar muitas áreas, e conseguiu, não foi diferente na área do transporte público, no caso a entrega da Carris para, com certeza logo ali adiante à medida que foi autorizada pela Casa a liquidação da Carris, a iniciativa privada. E agora no transporte público o prefeito atende de novo o empresariado quando as concessionárias, que comandam esse serviço, tiveram a gentileza do Governo Municipal de retirarem uma série de benefícios conquistados, nobre e sempre vereador Alex, ao longo de uma década na nossa querida Porto Alegre. Porto Alegre, no passado, foi uma referência mundial por várias discussões feitas aqui, como aconteceu com o Fórum Mundial e tantos outros eventos importantes, mas, mais do que isso, sobre a marca que a cidade tinha da democracia participativa, do Orçamento Participativo, que transferia para o povo as decisões da sua comunidade. A comunidade avaliava, por exemplo, se era mais importante ter uma creche na sua comunidade, se era mais importante pavimentar uma rua, se era mais importante ter um posto de saúde, agora nem isso a comunidade tem. O governo decide tudo. Aconteceu agora, recentemente, com a questão da revitalização do Centro da cidade, ao invés de o governo apoiar a questão da mudança do plano diretor em toda a cidade, o governo apresenta um sistema fatiado, discute o Centro, mas discute com quem? Com meia dúzia. Quem? Com o empresariado, os empresários mais aquinhoados, os que mais têm para poderem direcionar os seus empreendimentos na cidade, aumentando os índices construtivos, se era de 40 andares, vai para 60 andares, como se a população fosse boba de poder comprar esse tipo de imóvel ou apartamento que logo ali na frente vão oferecer. Mas foi mais do que isso, ofereceram a orla do

Guaíba, ofereceram o Cais Mauá, o famoso local das Docas, para que o empresariado, na orla do Guaíba, construa prédios de habitação. Quem poderá ir ali, é óbvio, são os grandes.

O governo Melo se caracteriza do governo pelo capital. Eu não vi nenhuma obra significativa na periferia da cidade, são mais de 500 vilas, disse que ia reorganizar e reimplementar o Orçamento Participativo. Um ano de governo e até agora nada. Agora tira a possibilidade dos mais pobres terem a gratuidade, naquela gratuidade mensal que vinha ao longo dos anos, Ver. Aírto Ferronato, 12 gratuidades ao ano, uma por mês. O governo segura duas, ele diferencia essas duas como as principais, de novo favorecendo o capital, as concessionárias, de não terem nenhum compromisso, isto é, de reduzir a passagem do cidadão. É um governo, nosso amigo, ex-vereador Sebastião Melo, que acabou absorvendo a pauta do capital e esqueceu dos mais pobres. Infelizmente, nobre amigo Sebastião Melo, Vossa Excelência perdeu a essência de um governo que poderia estar identificado com os mais pobres, com a classe média, mas, infelizmente, hoje governa para os mais ricos. Essa é a dura verdade e quem está lhe dizendo é um vereador que é seu amigo há muitos mandatos aqui, militamos juntos na Comissão de Saúde, o senhor tinha uma posição diferente, hoje o senhor trabalha para os que mais têm. Essa é a verdade. Concluo, nobre Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 011/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro presidente Márcio; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores. Nós estamos aqui no plenário da Câmara, com todo respeito que todos me merecem, com algumas posições que desagradam, talvez, a quase todos e vou explicar por quê. O projeto do amigo Melo, do Executivo, destina apenas e tão somente dois dias de passe livre: o dia da Nossa Senhora dos Navegantes e o dia de campanha de vacinação. Eu concordo que está muito correta a campanha de vacinação, sou católico, repito, sou católico, mas não vejo por que se propõe passe livre no dia da Nossa Senhora dos Navegantes – até acredito que ela é quente mesmo – e não se dá passe livre nos dias das eleições, a Câmara vota contra.

Não é possível concordar, na minha modesta opinião, com a proposta nesse sentido. Se tivéssemos aprovado a emenda que propunha – era da oposição, não tem problema, estava certa – passe livre no dia das eleições, e nós tínhamos junto ali o dia da eleição do conselho também, o projeto precisava ser aprovado. Agora, com a redação que ficou aí, com todo o respeito, eu não concordo e vou votar “não”, por uma questão de olhar para a sociedade no seu todo, Oliboni.

É preciso compreender que o povo de Porto Alegre e do Brasil inteiro, a esmagadora maioria, sempre esteve e enfrentou extraordinárias dificuldades, e agora, com a pandemia, a coisa piorou ainda mais, para votar, para escolher o seu vereador, o

seu deputado, o seu senador, o homem e a mulher sem dinheiro vão ter que ir a pé, eu não sei por quantos quilômetros, para exercerem o seu direito de votar – direito! E no Dia da Nossa Senhora dos Navegantes, ele vai até lá com isenção, qual é o fundamento que argumenta isso, meu caro Oliboni, que eu sei que V. Exa. também é católico. Claro que o Dia da Nossa Senhora dos Navegantes é um dia belíssimo, agora, não é o mais essencial para atender a vida das pessoas que mais precisam, e são milhares, cada vez mais. Aquele abraço, e claro que respeito todas as posições contrárias, meu Presidente Márcio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o PLCE nº 011/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 20 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o PLCE nº 011/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 016/21, por duas sessões.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADORA LAURA SITO (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 059/21, por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Laura Sito. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLL nº 059/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01 e nº 02 ao PLL nº 059/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0612/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/21, que altera o *caput* do art. 1º, o inc. V e o parágrafo único do art. 2º; inclui os incs. VI e VII no art. 2º da Lei Complementar nº 341, de 17 de janeiro de 1995. **(Atividades em regime de plantão nos órgãos municipais que especifica.) (SEI 118.00188/2021-01)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoni Medina: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Verª Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- com Emenda nº 01 (destacada), do Ver. Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT);
- incluído na Ordem do Dia em 25-10-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 013/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Este projeto de lei trata de algo que preocupa muito o funcionalismo, principalmente alguns órgãos do funcionalismo que trabalham no regime de 12 por 36, ou 12 por 60. No caso da saúde, é 12 por 60 a reivindicação feita pelos trabalhadores da saúde, mas, em algumas outras secretarias, eles estão concordando de o regime ser 12 por 36, e eu poderia dizer que o projeto de lei ora apresentado pelo governo vai regulamentar essas 12 por 36 em alguns órgãos. Tanto é que nós fizemos a Emenda nº 01 retirando os trabalhadores da saúde, por quê? Nós até retiramos, nobre e sempre vereador, Cassio Trogildo, hoje líder do governo na articulação política, a emenda se o governo se comprometer em fazer um outro projeto de lei em separado da saúde, de 12 por 60. Isso envolve os trabalhadores do HPS, isso envolve os trabalhadores do HPV, isso envolve os trabalhadores do Postão da Cruzeiro porque é impossível aceitar 12 por 36, imaginem, em tempo de pandemia, o que está acontecendo, no passado já era 12 por 60. E aqui é claro, tem alguns departamentos, por isso eu vou fazer a leitura da Emenda

nº 01, que diz o seguinte (Lê.): “Art. 1º. Para assegurar o funcionamento mantido pelo Município de Porto Alegre dos serviços de transporte administrativo prestados pela Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio –SMAP –, da vigilância do patrimônio municipal, dos serviços prestados pelo Departamento municipal de Água e Esgotos – DMAE –, pela Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC –, pela Coordenadoria da Defesa Civil e pela equipe de Reação e Assistência – ERA-CDC – que a integra, fica estabelecido a realização de atividades em regimes de plantões de 12 horas consecutivas de trabalho por 36 horas consecutivas de descanso”. O governo tem que se comprometer conosco, tem que trazer um outro projeto de lei que trate do pessoal da saúde, dos trabalhadores da saúde, de 12 por 60 de descanso. Não há como aprovarmos este projeto de lei se está tratando também da saúde, e vou fazer um novo apelo: nós tivemos uma reunião com o secretário da saúde, o Sparta, que concordou com a tese da reivindicação dos servidores dos sindicatos, do Conselho Municipal de Saúde, de que se tratando dos trabalhadores da saúde, tenha que ter um regime de 12 por 60. Por isso essa confusão trazida dentro do projeto de lei tem que ser revista. Por isso o nosso apelo, por isso a apresentação da emenda, que acaba solicitando que a questão da saúde seja numa votação em separado num outro projeto de lei, com isso teria que aprovar a Emenda nº 01, essa é a nossa opinião. Caso contrário, o governo se comprometa aqui com outro projeto de lei da saúde de 12 por 60, essa é a nossa reivindicação. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, boa tarde a todos, eu acho que é muito importante esta discussão. O secretário do governo, Cassio Trogildo, acompanhou muito este debate, o debate trazido pelo Ver. Oliboni do pleito dos trabalhadores da saúde de que nós tenhamos um plantão de 12 por 60. Essa é uma reivindicação, Ver.^a Mônica, Ver. Cassiá, antiga e surgiu a partir de um decreto do prefeito Marchezan que alterou esse regime de plantão. Esse regime de plantão vinha sendo executado, o 12 por 60, durante toda a gestão Fortunati e Melo, quando o Melo era vice-prefeito, e havia pacificação na saúde em relação a isso. O prefeito Marchezan terminou com essa pacificação quando ele estabeleceu esse decreto que quebrava os 12 por 60 na saúde. E nós fizemos uma articulação na época, na Câmara, isso foi no final de 2020, capitaneada pelo então Ver. Cassio Trogildo, pela bancada do PTB, eu participei dessa articulação pelo PSOL, em que nós derrubamos esse decreto do prefeito Marchezan. Só que o regime de 12 por 60 não foi restabelecido, embora o decreto do prefeito tenha caído. E, de lá para cá, existe uma negociação em curso com a Secretaria Municipal da Saúde, com a Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política para se estabelecer uma lei que garanta o 12 por 60. E essa proposta está na Procuradoria, razão pela qual o Ver. Oliboni fez o apelo para que

o governo se comprometa em nos trazer o quanto antes este projeto de lei. A preocupação que nós estabelecemos com a emenda do Ver. Oliboni, que o próprio vereador disse que é uma emenda para clarificar um problema, qual é a clarificação? Nós sabemos que esse projeto não atinge a saúde, mas é preciso uma redação que deixe absolutamente claro isso, que é um pouco o sentido da emenda do Ver. Oliboni. Agora isso pode ser clarificado com a apresentação justamente do projeto, porque o que nós realmente queremos é o projeto dos 12 por 60 para a saúde. Isso está atrasado, e os trabalhadores da saúde estão sofrendo, foi a categoria que mais se expôs na pandemia, com trabalho extenuante, e o regime de 12 por 60 é restabelecer o mínimo de harmonia que foi quebrada pelo prefeito Marchezan. Infelizmente ainda o prefeito Melo segue com a política de superexploração dos trabalhadores da saúde na medida em que não restabelece o regime de plantão, que o próprio prefeito Melo, quando vice do Fortunati, garantiu que fosse executado na Prefeitura. E é preciso que se diga que as direções dos hospitais estão favoráveis ao regime de 12 por 60. Eu estive em várias reuniões com a direção do HPS, que deu acordo; no Presidente Vargas, que é outro hospital, a direção do Presidente Vargas aplica o regime de 12 por 60, de tal forma que não há problema nos hospitais. O que as direções dos hospitais estão esperando, e eles dizem isso oficialmente, é que a Câmara finalmente aprove essa lei, por isso que o Ver. Oliboni quis tomar uma medida cautelar colocando a necessidade de que não se confunda o projeto que nós estamos votando hoje com o projeto da saúde. É preciso deixar absolutamente claro que nós não estamos votando hoje o projeto da saúde, nós estamos votando a expansão do regime de 12 por 36, a formalização do regime de 12 por 36 para a Defesa Civil, para outras áreas da Prefeitura, não para a saúde, isso é preciso ficar bem claro. Nós estamos apelando ao governo que garanta finalmente a mudança da legislação em relação ao regime da saúde, porque não foi suficiente derrotar o decreto do Marchezan, na medida em que esse decreto do Marchezan, na prática, segue em vigor, embora seu decreto tenha sido derrotado e segue em vigor porque ainda tem faltado vontade política do governo para resolver, porque já poderia ter resolvido, mas falta também, e essa é a alegação do governo, uma legislação que dê a garantia para as direções dos hospitais, e é isso que nós estamos apelando. O secretário Cassio acompanhou muito esse debate, e nós estamos nessa expectativa, porque, de fato, é o amplo desejo de todos os trabalhadores da saúde que essa questão seja resolvida. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há mais algum vereador que vai encaminhar a votação da matéria? Ver.^a Nádia?

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Só em nível de explicação. A Emenda nº 01, e até o secretário Cassio está explicando ali, Robaina e Oliboni, se ela permanecer, ela vai prejudicar o pessoal da saúde, uma vez que vai ser retirado da lei, não vai ter regime para o pessoal de saúde. Então, é necessário que seja votado “não” à

Emenda nº 01 para que os agentes da saúde continuem com regime de trabalho. Então é esse o pedido que eu faço, e acredito que o Ver. Oliboni tenha entendido a motivação. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Na verdade, eu comentava com o Ver. Oliboni justamente isso. Eu entendi esse problema, e achava que a emenda poderia provocar esse problema, só que a emenda, e esse é o ponto que eu acho que é importante clarificar, expressava uma preocupação de que a saúde não pode ter o regime de 12 por 36, porque o governo se comprometeu, e é isso que nós estamos apelando, em fazer uma lei específica para a saúde de 12 por 60. Como o governo tem reiterado esse compromisso, então a retirada da emenda faz sentido, mas é muito importante que os vereadores prestem atenção, porque esse é um compromisso do governo e não, simplesmente, com a oposição, é um compromisso do governo com a Câmara de Vereadores, porque é uma demanda da saúde o regime de 12 por 60. Houve uma negociação longa com as direções dos hospitais que dão acordo com os 12 por 60, houve uma negociação com o secretário Cassio Trogildo, que foi quem chefiou, na Legislatura passada, o fim do decreto do prefeito Marchezan, que provocou uma confusão na saúde em relação a isso. Esse é o sentido que nós queremos garantir para que as pessoas fiquem tranquilas, entre aspas, de que nós não estamos votando hoje algo que vá comprometer a saúde, e, mais do que isso, para que a saúde seja contemplada com a lei específica que garanta 12 por 60.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu quero dizer que vou retirar a emenda, porque tem um compromisso do governo, e que é preciso explicar para quem está assistindo a TVCâmara, nobre líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, para regulamentar o regime, o governo entendeu que tinha que incluir a saúde; isso não quer dizer que vai implementar o 12 por 36 na saúde. O governo assume o compromisso de mandar um outro projeto de lei. Portanto, quero tranquilizar o secretário Sparta, tivemos uma reunião com ele, que garantiu que está discutindo com um GT na Secretaria de Saúde, 12 por 60, é no HPV, é no HPS, é no Postão da Cruzeiro, não há como os trabalhadores operarem no mesmo regime, nobre Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, no DMAE, comparado com a saúde, é bem diferente. Então há sensibilidade inclusive do Sparta, dito para nó em uma reunião, que isso será possível então. Fica aqui o compromisso, estamos já no mês de dezembro, mas não isso não será implementado na saúde, é para esclarecer; tem um regime em andamento, mas não valerá para a saúde

e, sim, terá um outro projeto de lei, inclusive votaremos aqui, com certeza, por unanimidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Após o encerramento da discussão do PLE nº 013/21, aprego e defiro requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 013/21.

Em votação o PLCE nº 013/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 136/21. (Pausa.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLL nº 136/21, por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 288/21 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão e que seja imediatamente apreciada. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 288/21 – (Proc. nº 1283/21 – Ver. Hamilton Sossmeier) – requer a realização de Sessão Solene no dia 17 de dezembro, às 15 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 70 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular. **(SEI 145.00077/2021-69)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 288/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Roberto Robaina.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, sete Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h54min.)

* * * * *